Documento de Trabalho

Observador Rural

PROSAVANA: DISCURSOS, PRÁTICAS E REALIDADES

João Mosca e Natacha Bruna

Nº 31

Agosto
2015

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito ao Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

PROSAVANA: DISCURSOS, PRÁTICAS E REALIDADES

João Mosca e Natacha Bruna[1]

Resumo:

No mundo e em África, o agronegócio internacional assume novas dimensões nos últimos anos. A procura de extensas áreas no estrangeiro para a produção em grandes plantações de *commodities*, associada à crescente internacionalização do capital agrário e financeiro em programas bi ou multilaterais é uma das manifestações desse fenómeno.

Aspectos como os conflitos de terras, os efeitos sociais e ambientais da monocultura, a exclusão social, a utilização de produtos transgénicos, a introdução de tecnologias importadas e a sua adaptação às condições locais, as formas de participação das comunidades e a transparência dos processos administrativos e de decisão política acerca dos contratos entre as empresas multinacionais e os governos dos países receptores do investimento, são alguns dos pontos críticos. Estão subjacentes razões de natureza política e ideológica. Estão também presentes a defesa dos direitos humanos e a democracia.

Em Moçambique existem vários exemplos de penetração do capital do agronegócio com cobertura governamental. O caso mais debatido é o ProSAVANA, devido à escala do território abrangido, à quantidade de população residente nessas áreas, ao potencial produtivo, à concepção de desenvolvimento contida nos discursos e documentos e às formas pouco transparentes como o Programa foi inicialmente divulgado, como os documentos foram sendo elaborados, conhecidos e discutidos pela sociedade e como o debate público se desenrolou.

O presente texto tem como objectivo principal analisar o documento agora apresentado como Plano Director-Versão Zero do ProSAVANA. É feito um breve enquadramento teórico e contextual, um resumo sobre como as consultas junto das comunidades e da sociedade se desenrolaram. Faz-se uma síntese do ProSAVANA desde a sua concepção inicial e do PD – Versão Zero. Tem particular destaque o estudo das mudanças de discurso e dos conceitos/filosofias de desenvolvimento expressos nos documentos oficiais, com ênfase para os tipos de produtores, a relação entre a exportação e o mercado interno, as tecnologias e os sistemas de produção, e a ocupação da terra. São referidas lacunas de abordagens dos documentos e discursos nos domínios da política económica, do modelo de desenvolvimento rural, dos impactos sociais e ambientais, tendo os autores designado o PD-Versão Zero de "agrarista" e tecnocrata.

Além da Introdução, este texto possui mais quatro secções. Na segunda secção faz-se um contexto internacional e nacional do agronegócio, onde são introduzidos alguns aspectos teóricos acerca do modelo de crescimento económico e rural subjacente. Na terceira secção apresenta-se o que se realizou entre 2013 e a actualidade (a ideia inicial do programa, a evolução das percepções e dos discursos e as primeiras acções de implementação ou de criação de condições para o início do programa). Na quarta secção faz-se um resumo do PD, seguido de uma análise e apresentação de alguns questionamentos. A secção cinco é destinada ao resumo.

Palavras-chave: agronegócio, ProSAVANA, desenvolvimento, Plano Director-Versão Zero.

[1] João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Professor Catedrático. Director executivo e investigador no OMR. Docente da Universidade Politécnica.
Natacha Bruna, Mestre em Economia. Assistente de investigação no OMR. Docente na Universidade Politécnica.

1. INTRODUÇÃO

No mundo e em África, o agronegócio internacional assume novas dimensões nos últimos anos, cujas causas se apresentam mais adiante. A procura de extensas áreas no estrangeiro para a produção em grandes plantações de *commodities*, associada à crescente internacionalização do capital agrário associado ao financeiro em programas bi ou multilaterais, é uma das manifestações desse fenómeno. África é o principal destino do investimento estrangeiro em terras, supondo a existência de extensas superfícies consideradas não utilizadas, ou subutilizadas, a pobreza, a escassez de alimentos mundial e a presença de governos receptivos ao capital internacional.

Há muito debate acerca das formas e práticas de intervenção do agronegócio, não somente nestes países recém-integrados nas cadeias internacionais, como em outros países, como por exemplo no Brasil. Aspectos como os conflitos de terras, os efeitos sociais e ambientais da monocultura, a exclusão social, a utilização de produtos transgénicos, a introdução de tecnologias importadas e não adaptadas, as formas de participação das comunidades e a transparência dos processos administrativos e de decisão política acerca dos contratos entre as empresas multinacionais e os governos dos países receptores do investimento, são alguns dos pontos críticos.

Os defensores do agronegócio apresentam como virtudes a entrada do capital estrangeiro, as elevadas produções e exportações e seus efeitos sobre o crescimento económico, o emprego e a geração de renda, o investimento em infraestruturas, a competitividade nos mercados internacionais e as receitas fiscais. As organizações da sociedade civil, assim como o capital e as organizações internacionais, organizam-se à escala transnacional para o debate político, de concepção dos modelos de desenvolvimento rural e económico, os efeitos sociais e económicos, e acerca das práticas de implementação dos investimentos.

Em muitos casos os posicionamentos radicalizam-se/extremam-se. Estão subjacentes razões de natureza política e ideológica sob a forma de luta de classes. Estão também presentes a defesa dos direitos humanos, a transparência dos processos e a democracia. Em alguns casos, emergem partidos políticos e movimentos sociais associados ou em aliança com os movimentos de camponeses que estabelecem articulações com o operariado e os grupos sociais excluídos nos grandes centros urbanos. São realizadas intervenções de advocacia junto das comunidades para as capacitar/"empoderar", em processos endógenos, na defesa e reivindicação da lei e dos seus direitos.

Em Moçambique existem vários exemplos de penetração do capital do agronegócio com cobertura governamental[2]. O caso mais debatido é o ProSAVANA[3], devido à escala do território abrangido, à população residente nessas áreas, ao potencial produtivo e às formas pouco transparentes como foi inicialmente conhecido, como os documentos foram sendo elaborados e discutidos e como o debate público se desenrolou.

Em consequência do debate e de reacções da sociedade civil e das comunidades e ainda devido a posicionamentos diferenciados entre os países parceiros (Moçambique, Brasil e Japão[4]), os documentos iniciais sofreram várias metamorfoses. Em Março de 2015 foi dado a conhecer o documento Plano Director (PD) Versão Zero. Realizaram-se consultas/auscultações junto de algumas comunidades em algumas das sedes dos distritos integrados no programa, assim como nas capitais das províncias abrangidas e em Maputo.

---

[2] São os casos das florestas (eucaliptos para a produção de pasta de papel e extracção de madeira, o tabaco, a soja e o gergelim em fase inicial e a reactivação das cadeias do algodão, do açúcar e do caju).

[3] "A área de estudo considerada para a formulação do Plano Director do ProSAVANA abrange 19 distritos localizados ao longo do Corredor de Nacala, nas províncias de Nampula, Niassa e Zambézia. Na Província da Zambézia, apenas os dois distritos do norte, com uma forte relação com o Corredor de Nacala, são abrangidos", MINAG (2015).

[4] Acordo Triangular assinado no dia 17 de Setembro de 2009 pelos representantes de Moçambique, Japão e Brasil.

O presente texto tem como objectivo principal analisar o documento agora apresentado. É apresentado um breve enquadramento teórico e contextual, um resumo sobre como as consultas junto das comunidades e da sociedade se desenrolaram. Faz-se uma síntese do ProSAVANA desde a sua concepção inicial e do PD – Versão Zero.

Além da Introdução, este texto possui mais quatro secções. Na segunda secção faz-se um contexto internacional e nacional do agronegócio, onde são introduzidos alguns aspectos teóricos acerca do modelo de crescimento económico e rural subjacente. Na terceira secção apresenta-se o que se realizou entre 2013 e a actualidade (a ideia inicial do programa, a evolução das percepções e dos discursos e as primeiras acções de implementação ou de criação de condições para o início do programa). Na quarta secção faz-se uma breve apresentação do PD – Versão Zero, seguido de uma análise e apresentação de alguns questionamentos. A secção cinco é destinada ao resumo.

Considerando a estrutura deste texto e a análise dos documentos e dos discursos à volta do ProSAVANA em diferentes momentos, existem algumas duplicações de informação e de análise ao longo do texto.

Os autores utilizaram simultaneamente os métodos indutivo e dedutivo. Embora se diga que o ProSAVANA ainda não está em fase de plena implementação, existem sinais no território que permitem, juntamente com a análise documental, a interpretação teórica dos modelos subjacentes, a análise dos contextos e o estudo comparativo de experiências semelhantes em outras realidades, extrair hipóteses de trabalho e de possíveis evoluções do desenvolvimento da região. O método dedutivo pode requerer posteriormente verificação empírica. Em investigação científica, considera-se o método dedutivo igualmente consistente desde que respeitados os passos e as técnicas correspondentes. Os autores colocam este parágrafo como forma de evitar críticas empiristas (ou da necessidade de evidências) para a validação dos resultados de uma pesquisa.

A dimensão, as formas como se teve conhecimento do ProSAVANA, o modelo de agronegócio que estava subjacente aos discursos iniciais, as incoerências e contradições nos discursos e documentos oficiais e os possíveis efeitos sobre a sociedade e economia (não apenas no território previsto do Programa), mereceram, e bem, a atenção e o debate alargado que se tem verificado. Certamente que os debates reflectem posicionamentos diversos, incluindo ideológicos. O princípio da precaução e o método dedutivo atribuem legitimidade às preocupações manifestadas nos debates, nos posicionamentos diferenciados e nos documentos e estudos que se têm realizado, incluindo neste texto.

Os autores não compartem a ideia de que o debate e as abordagens críticas, no sentido epistemológico e metodológico, apenas apresentam "críticas" segundo o significado exclusivamente contraditório. O debate é, em si, um elemento enriquecedor do conhecimento não tendo porque, na perspectiva da academia e da investigação, resultar necessariamente em propostas concretas.

O presente texto baseia-se na análise de documentos oficiais, em estudos já realizados, em entrevistas e visitas à zona do ProSAVANA.

2. CONTEXTO E ENQUADRAMENTO

2.1 O agronegócio no contexto internacional

Actualmente o agronegócio enquadra-se nas estratégias de longo prazo na perspectiva da escassez de alimentos e *commodities* agrícolas e de aumento dos respectivos preços a nível mundial. A emergência de grandes economias consumidoras (as chamadas "economias baleia", particularmente a China e a Índia) e as evoluções das economias desenvolvidas estão a alterar a

economia mundial, incluindo as funções e funcionalidades do meio rural e do sector agrário. O crescimento da industrialização das cadeias alimentares em resposta ao aumento da demanda de bens cada vez mais transformados, diferenciados, por efeito simultâneo do incremento demográfico, da renda, da urbanização, e correspondentes mudanças dos hábitos alimentares, tem feito crescer a necessidade de ampliar o volume de produção agrícola em parte assente no alargamento da fronteira agrícola à escala mundial. África é o continente de maior disponibilidade de terra e onde tem havido maior área adquirida por estrangeiros[5] (fenómeno conhecido como "estrangeirização da terra[6]").

Pode questionar-se acerca da hipótese de reservas de terra a longo prazo para efeitos de colonizações económicas[7] externas, com alianças internas, através da construção de grandes infraestruturas e implantação de agricultores, nacionais e estrangeiros. Em alguns casos, coexistem outras actividades no mesmo território, como a indústria extractiva, energia, indústria de transformação e serviços ferro-portuários. O ProSAVANA pode, e deve, também ser analisado segundo esta hipótese.

Neste contexto, os países desenvolvidos procuram crescentemente satisfazer as suas necessidades com produções realizadas no exterior sob diversos modelos de expansão/implantação do agronegócio[8], concentrando-se nos sectores designados de novas economias e naqueles que asseguram a competitividade e posições de força no cômputo da política e da economia mundial. A agricultura (excepto em alguns produtos) não é, certamente, o sector que assegura a competitividade das economias mais desenvolvidas e, por isso, a adopção da estratégia de externalização (produção no exterior) de bens alimentares e *commodities*. O peso do sector agrário nestas economias não ultrapassa os 5% do PIB e não ocupa mais de 10% da população e do emprego. Mesmo que existam produtos primários estratégicos, a exploração destes é certamente menos eficiente que as actividades relacionadas com as chamadas "novas economias".

Quando se trata da hipótese acima colocada (reservas de terras com, ou sem, "colonização económica") o desenvolvimento envolve um ou vários sectores dentro de uma estratégia, seja nacional e/ou transnacional.

---

[5] "Dos cerca de 83,2 milhões de hectares de terras que foram objecto de transacções nos países em desenvolvimento, entre 2004 e 2012, 56,2 milhões de hectares foram adquiridos em África, principal região afectada, contra 17,7 milhões de hectares na Ásia e 7 milhões de hectares na América Latina. Em África, Moçambique é o terceiro país (de um total de 11) mais afectado pelas aquisições, atrás apenas do Sudão e da Etiópia, tendo já sido transferidos para investidores, nacionais e estrangeiros, cerca de 2,7 milhões de terras aráveis, do total de 36 milhões disponíveis, e emitidos cerca de 46.000 títulos de DUAT", Carrilho e Mandamule, 2015).
A designada disponibilidade de terras em África, geralmente, não corresponde à realidade. Os sistemas de produção (rotação/pousio), as necessidades de áreas para pastagens, florestas para lenha e carvão e construção de habitação, zonas de caça, reservas de terras para as futuras gerações, etc., indicam que a terra não é abundante, considerando as tecnologias, os sistemas de produção e as economias familiares na maior parte do meio rural africano. A disponibilização de terra implica profundas alterações nas economias, modos de produção e lógicas reprodutivas económicas e sociais no meio rural.
[6] Para o caso de Moçambique, veja Clements e Fernandes (2013).
[7] O conceito colonização económica não está necessariamente relacionado com o normalmente praticado enquanto fenómeno político e de ocupação/dominação administrativa. O conceito de colonização económica é aplicado, por exemplo, a programas de desenvolvimento de territórios com a construção de infraestruturas e migrações dentro de um mesmo país ou com participação de estrangeiros. O colonato do Limpopo é um exemplo em Moçambique. Em outros países existiram também colonizações económicas internas, como por exemplo, na época de Francisco Franco em Espanha, no Sul de Espanha. No Moçambique pós-independência, estava explicito que o envio para Niassa de pessoas no quadro da Operação Produção, pretendia, também, povoar aquela província muito extensa, com grande potencial para a agricultura e a de menor densidade populacional do país.
[8] Por exemplo, a subcontratação de pequenos e médios produtores locais, a produção directa de bens primários e sistemas mistos (subcontratação e produção directa).

O Brasil é uma grande potência mundial do agronegócio. No caso da soja existe a concepção do agronegócio transnacional com a designada "república da soja", constituída por um território contíguo com grande intensidade de plantações em larga escala que atravessa uma cintura espacial envolvendo a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai[9]. O Japão, em consequência da sua baixa possibilidade de especialização na produção agrícola, por razões naturais e de espaço, da política agrária dos últimos anos e da forte industrialização, é um dos países envolvidos no agronegócio internacional, sobretudo como financiador através da cooperação e com investimentos privados e/ou mistos com o capital brasileiro e dos países onde se realizam. O objectivo do investimento nipónico no Brasil é a exportação para o Japão, país grande importador de alimentos e matérias-primas primárias.

O agronegócio pode implantar-se em diversas formas de propriedade, escalas produtivas, tecnologias, relações com as comunidades, tipos de cultura e regimes de monocultura, ou não. Em qualquer caso, trata-se da penetração do capital no meio rural que, para ser rentável e competitivo, necessita de alta produtividade e baixos custos (terra, trabalho, custos financeiros, incentivos fiscais e apoio/subsídios do Estado – investigação adaptada, extensão, proteccionismo e mobilidade do capital e de técnicos, etc.). A monocultura, a tecnologia intensiva em capital, a especialização produtiva, a industrialização, os grandes silos, os produtos geneticamente modificados, são algumas imagens de marca do agronegócio, incluindo nas imagens paisagísticas e de marketing/propaganda. O agronegócio é também conhecido como a agricultura moderna, competitiva, capaz de responder às demandas crescentes de alimentos a preços baratos e das indústrias de vários sectores. A rentabilidade do investimento passa pela produção em larga escala, a capacidade de colocação estável no tempo em mercados concorrenciais e exigentes de bens de qualidade.

Recentemente tem havido ajustamentos do agronegócio nas relações com os camponeses e com os pequenos e médios produtores. Entre os diferentes modelos de implantação do agronegócio existe o que se designa por subcontratação (*out grower*) que se resume em contratar outros produtores para produzir matérias-primas (produção primária)[10]. "Os modelos de agricultura por contrato são muito diversificados, variando em termos de direitos fundiários, condições dos contratos e actores envolvidos. Três modelos predominam nas regiões central e norte do país: i) contrato de produção assistida (produção de soja no distrito de Gurué); ii) contratos de produção supervisionada (inseridos nas cadeias globais de valor); e iii) *turn-key contract*, em que as lavouras são transferidas aos agricultores por tempo determinado (caso da produção de banana) (Boche 2015). O ProSAVANA-PD defende a premissa do acesso aos insumos por meio da agricultura por contrato (ProSAVANA-PD 2014, p. 12) sem, no entanto, considerar a importância

[9] Veja o texto de Bernardo Fernandes (s/data).

[10] "Os bens, geralmente para exportação, produzidos pelos camponeses "produtores de mercadorias" são adquiridos pelas empresas nas fases a montante das cadeias de valor. O aumento de rendimentos das famílias produtoras, a possibilidade de imitação tecnológica, a utilização de insumos e outros aspectos, são apontados como vantagens deste modelo de produção. Possui também riscos, como por exemplo: efeitos ambientais provocados pela monocultura devido, por exemplo, à utilização intensiva de químicos, à desflorestação, em consequência da ampliação das áreas trabalhadas, ao esgotamento dos solos, entre outros. A relação assimétrica nos mercados monopsónicos coloca os pequenos produtores em desvantagem cuja tendência, a longo prazo, poderá significar a queda dos preços reais ao produtor. As flutuações dos preços internacionais, quando não existem mecanismos estabilizadores ou estes não são accionados com rapidez, terminam por afectar, principalmente, o produtor primário com o sistema de estabelecimento de preços a partir da garantia das margens nos agentes económicos das fases a montante das cadeias de valor. Os riscos associados ao crédito agrário sem garantias poderão conduzir a processos de exclusão e de selecção dos menos produtivos e eficientes e, eventualmente, originar o surgimento dos sem-terra.
Neste modelo, dependendo da actuação das empresas comercializadoras e/ou transformadoras, poderão existir boas práticas, o que significa a redução dos riscos referidos. Para as empresas, este modelo é favorável por exigir menores investimentos (por exemplo na produção primária), por existir uma distribuição do risco da actividade e a carga administrativa ser menor, reduzindo os custos de produção, as burocracias e os custos de transacção", Mosca (2015). Para mais informações veja De Morais (2014).

do apoio público e a possibilidade de subsídios complementares, como se realiza nos vizinhos Malaui e Zimbabué.

A concepção do agronegócio pode também enquadrar-se no que se designa por "agricultores emergentes" ou empresarialização[11]/integração dos camponeses nos mercados por via do aumento da produtividade e consequente criação de excedentes. "Os critérios de decisão produtiva e as funções a maximizar tornam-se associados, essencialmente, com o mercado e na lógica capitalista. Os critérios da eficiência dos recursos e do lucro substituem, gradualmente, os critérios da economia da unidade camponesa, onde podem existir outros objectivos a maximizar, como por exemplo, a segurança alimentar, as questões de poder nas comunidades e a reprodução da família como unidade económica e social", Mosca (2015a). A minimização do risco é também uma das variáveis da função de produção.

Estes processos são, por um lado, apresentados com as seguintes virtudes: (1) geração de rendimentos adicionais para as famílias através da garantia de comercialização e, em alguns casos, com preços conhecidos antes do início das sementeiras, facilitando as opções produtivas dos agricultores; (2) possibilidade de transferência de técnicas produtivas e de insumos para as culturas alimentares aumentando a produtividade destas; e, (3) criação de emprego. Por outro lado, são referidas as seguintes reservas: (1) criação de dependências de mercados em relação aos quais não se tem conhecimento nem informação; (2) concorrência de factores de produção (principalmente terra e trabalho) entre as culturas alimentares e as de rendimento com eventual redução da segurança alimentar e dos níveis de nutrição; e, (3) perda de soberania nas decisões produtivas por parte dos pequenos produtores, elevando os riscos da insegurança alimentar e da pobreza.

Estes processos são muitas vezes acompanhados de conflitualidades sociais, agressões ambientais e impactos negativos na saúde pública[12]. A terra é o elemento central da conflitualidade que se pode tornar em lutas políticas, de exclusão económica e social, e de criação de pobreza[13]. Muitos estudos revelam a contaminação dos solos, água e do ar, afectando a saúde pública[14]. Quando existe a necessidade de reassentamentos, estes são quase sempre polémicos e provocadores de vários tipos de conflitualidades, reivindicações e manifestações. O crédito não reembolsado é, geralmente, a via pela qual os pequenos produtores ficam sem a terra.

O Director-Geral da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura), o brasileiro José Graziano da Silva, alertou, em entrevista exclusiva à BBC Brasil[15], que as nações de África "estão perdendo a soberania" por causa da compra de grandes extensões de terras por pessoas vindas de outros países. Na qualidade de Director-Geral afirma na mesma entrevista: "Os governos estão perdendo a soberania sobre o seu território, sobre as suas decisões económicas. E isso é que tem que ser evitado. E nós estamos apoiando os governos para que eles possam controlar, assumir o controlo da situação. O problema é que isso está escapando ao controle dos governos locais". A mesma fonte afirma que Graziano viajou a países do Golfo Pérsico, onde diz haver um grande interesse por terras no exterior. "Quase todos os países daquela região têm um

[11] Embora diferentes, também se utilizam os conceitos monetarização e mercantilização.
[12] Nos últimos anos, por exemplo, no Corredor de Nacala e na Alta Zambézia, tem havido investimento na agricultura em grande escala cuja implementação e ocupação da terra tem implicado situações de conflitualidade com as comunidades.
[13] No caso de Moçambique, os casos mais conhecidos são os relacionados com a exploração de recursos naturais em Tete (Moatize) e em Cabo Delgado (Palma). Veja, por exemplo, Selemane e Mosca (2011), Vieira Mário (2013), Sekelekani (2013).
[14] Existe um amplo debate acerca dos efeitos sobre a saúde pública devido à utilização intensiva de químicos na agricultura. As evidências estão comprovadas cientificamente e muitos casos julgados em tribunal. Para o caso dos produtos transgénicos, idêntico debate persiste sobretudo entre as multinacionais produtoras dessas sementes e várias organizações contrárias à utilização deste tipo de material genético.
[15] Entrevista concedida à BBC Brasil (Guilherme da Sila), com o título "Agronegócio ameaça soberania de países africanos", 26 de Fevereiro de 2014.

fundo para inversão (investimento) em outros países. E eles estão investindo em compras de terra. Alguns têm extensões grandes, mais de 100 mil hectares".

O agronegócio representa o capital internacional com diferentes tipos de alianças com o capital nacional associado ao industrial e financeiro, suportados pelos poderes políticos. Os camponeses constituem os pobres sem, ou com limitada, representação política e capacidade de *lobby*, em desvantagem negocial devido às assimetrias de informação e conhecimento e assimetrias de poder, pelas debilidades das suas organizações representativas e pelos custos de transacção e de tomada de posicionamentos comuns.

Assim sendo, o diálogo, quando existe, é desequilibrado entre as partes em confronto ou em negociação. A ausência de acordo é muitas vezes anulada pelos apoios governamentais em defesa do capital que, em determinadas circunstâncias, pode assumir formas de violência policial ou de intervenções de grupos armados financiados pelos latifundiários e/ou do capital agrário.

Por detrás destes fenómenos, esconde-se a "modernização dolorosa[16]" da configuração de sociedades e economias crescentemente desiguais, de uma transformação estrutural da economia e da agricultura geradora de pobreza e de classes médias que sofrem nas crises e criam expectativas positivas nos períodos de crescimento económico e que cada vez mais se consciencializam da imperatividade de mudanças no sistema democrático representativo. O agronegócio é tido como a modernidade no campo, a alta produtividade, a solução do défice alimentar e da fome, o empreendedorismo e a competitividade agrária. Este processo beneficia a média e alta burguesias enriquecidas, articuladas internacionalmente e promotoras da globalização excludente, onde se integra o agronegócio. É a burguesia rural articulada com o capital industrial e financeiro.

Existe a concepção ideológica de que o camponês é pouco produtivo, ineficiente (sobretudo da terra), economicamente conservador (pouco inovador e empreendedor e pouco sensível aos estímulos de mercado), socialmente "tradicional" e com pouca formação e informação. O Director-Geral da FAO afirmou: "nada se assemelha mais ao paradigma da produção alimentar sustentável que a agricultura familiar. Os agricultores familiares desenvolvem habitualmente actividades agrícolas não especializadas e diversificadas que lhes outorga um papel fundamental na garantia da sustentabilidade do meio ambiente e na conservação da biodiversidade[17]".

A importância do sector familiar no mundo tem sido subestimada. As informações seguintes sobre o sector familiar confirmam o referido:

- "Existem mais de 570 milhões de propriedades agrícolas familiares.
- Representa mais de 90% das explorações agrícolas.
- É responsável por, pelo menos, 56% da produção agrícola em 70-80% da terra.
- 80% dos alimentos no mundo são produzidos por agricultores familiares.
- 40% das famílias do mundo dependem da agricultura familiar como forma de vida.
- 1.500 milhões de pessoas estão envolvidas na agricultura familiar[18]".

A transformação estrutural da agricultura no modelo do agronegócio é caracterizada por: (1) concentração da terra em grandes explorações; (2) elevação da produtividade por hectare e por animal devido à intensificação do capital; (3) redução da superfície trabalhada e do número de produtores, permanecendo na agricultura as explorações de maior dimensão (em princípio, mais competitivas em termos estritamente económicos) e consequente abandono da terra de uma

[16] Sobre este assunto, veja Graziano da Silva (1982).
[17] Discurso proferido em 23 de Novembro de 2013, quando as Nações Unidas lançaram o ano internacional da agricultura familiar 2014 (AIAF), http://www.fao.org, acedido em 21 de Fevereiro de 2014.
[18] Comunicação de Hélder Muteia, Representante da FAO em Portugal e junto da CPLP na Conferência Sector Familiar e Desenvolvimento em Moçambique, organizada pelo Observatório do Meio Rural, em 4 de Dezembro de 2014.

elevada percentagem dos produtores; (4) emergência de novas actividades no meio rural (a designada pluriactividade dos agentes económicos rurais no quadro da concepção de desenvolvimento rural integrado); (5) aumento do êxodo rural; e, (6) finalmente, e não menos importante, possibilidade de surgimento do fenómeno político, social e económico dos "sem terra". Esta transformação somente é possível com a industrialização e o crescimento de actividades terciárias, e consequente urbanização, que absorvam mão-de-obra excedentária do meio rural, onde se obtêm maiores rendimentos salariais devido aos diferenciais de produtividade, oportunidades de negócio e condições de vida, incluindo para os grupos sociais de rendimento mais baixo[19].

A transformação estrutural acima apresentada resumidamente constitui o fundamental das evoluções económicas dos países hoje desenvolvidos. São processos de séculos desde que se iniciou a industrialização (em períodos muito diferentes entre os países) e que, mesmo em tempo de longo prazo, provocaram situações de crises económicas e sociais devido aos ajustamentos estruturais necessários. O encurtamento temporal para pouco mais de uma década, além de ser pouco provável (veja o ponto da análise do Plano Director – Versão Zero, página 3-7), poderá provocar desequilíbrios económicos intersectoriais e espaciais e ajustamentos das relações políticas e económicas a vários níveis. Por exemplo, a adopção de novas tecnologias, a reconfiguração social devido às dinâmicas das mobilidades sociais, a capacitação das instituições e dos recursos humanos, a ocupação e gestão de terras, a urbanização e a ocupação do território, o desemprego e a marginalização devido à não criação de trabalho pelos outros sectores da economia, entre outros aspectos.

Neste contexto, tem havido algumas iniciativas relacionadas com a pobreza em África, nomeadamente a New Partnership for Africa's Development (NEPAD), a Revolução Verde Africana (RVA) e, recentemente, no âmbito do G8, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutrição. Internamente, e de forma funcional e articulada, existem o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) e outras "estratégias" que não tiveram os efeitos esperados ou simplesmente não foram implementados (Mosca, 2011). O mesmo tem acontecido com algumas iniciativas internacionais[20].

A concepção inicial subjacente ao ProSAVANA enquadra-se neste contexto. Produção de *commodities* para o agronegócio internacional (produção principalmente para exportação), envolvendo parceiros entre si conhecidos (Brasil e Japão), onde existe uma clara divisão de trabalho (conhecimento e implementação técnica do Programa e capital, respectivamente). Este Programa representaria a ampliação da fronteira agrícola de forma a reduzir os riscos derivados da instabilidade característica dos países e economias africanas e dos mercados internacionais. O PD nada indica que fundamente esta afirmação, o que constitui uma das diversas mudanças de discurso verificadas entre a concepção inicial e o documento em análise (veja mais adiante a fundamentação deste parágrafo)[21].

O Programa surge na governação de Lula que utilizou uma política económica neoliberal de promoção da modernização e intensificação do capitalismo brasileiro e, paralelamente, por políticas sociais de redução da pobreza. Estas políticas possuíam como condição, a construção de um Estado social financiado com base em taxas elevadas de crescimento e em modelos económicos pró-pobres subsidiados através de mecanismos redistributivos da renda gerada pela

[19] Para um estudo mais aprofundado veja o texto clássico de Arthur Lewis "O desenvolvimento económico com oferta limitada de mão-de-obra".

[20] Como, por exemplo, a Revolução Verde Africana, NEPAD e da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutrição do G8.

[21] O Relatório 2 do PD, finalizado em Março 2013 e usado nas reuniões dos *stakeholders* no processo para a finalização da preparação do PD, mostrava este conceito claramente. Veja o relatório em https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears

economia em crescimento. Lula utilizou o discurso da economia dos afectos, da língua oficial comum e até pediu perdão pela escravatura em relação à qual o Brasil não possui qualquer responsabilidade; pelo contrário, foi dela vítima. Lula instrumentalizou o ideal das relações Sul-Sul como alternativas e de contra-poder às relações Norte-Sul, no quadro de supostas relações internacionais mais equilibradas e solidárias. O Brasil pretende surgir como um novo actor político internacional, neste caso, procurando maior influência junto da Organização Mundial do Comércio para defesa dos interesses do agronegócio brasileiro nos mercados internacionais e nas decisões acerca dos níveis de proteccionismo, subsídios internos e outras políticas agrárias praticadas assimetricamente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No caso de Moçambique e no sector agrário, a cooperação brasileira incrementou com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA[22] (produção e venda entre pequenos e médios produtores e compradores institucionais – escolas, hospitais, etc.), com a concessão de bolsas de estudo, projectos de pesquisa agrícola através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-pecuária (EMBRAPA[23]), com a construção da fábrica de anti-retrovirais (HIV) e programas de saúde, entre outros programas/projectos. São conhecidos os investimentos em outros sectores da economia moçambicana, todos eles articulados (minas, indústria, energia, construção de infraestruturas, etc.). O Brasil actua externamente com a mesma filosofia da sua política interna: apoio ao capital competitivo e moderno para suportar políticas sociais (neste caso, de cooperação), através de mecanismos de reforço mútuo, numa clara confirmação das funcionalidades entre globalização económica e financeira com a cooperação e diplomacia económica. E, considerando que os investimentos se concentram principalmente no Corredor de Nacala[24], porque não especular-se acerca da reserva de territórios?

O Japão, potência industrial, tecnológica e do conhecimento, transfere para Moçambique a cooperação com o Brasil no agronegócio. Surge como o grande financiador nesta triangulação. Este país financia e será o beneficiário das exportações das *commodities.* O Brasil exporta, sobretudo, conhecimento técnico e internacionalização de algumas das suas principais empresas[25]. Moçambique, o parceiro pobre, assegura terra e trabalho barato, benefícios fiscais e facilidades de operação para as empresas e, quando necessário, repressão contra as reivindicações das comunidades[26] e coerção psicológica contra os críticos do Programa.

2.2 O contexto em Moçambique

Moçambique possui, embora de forma não declarada nem oficialmente assumida, um modelo de crescimento de corte neoliberal, com elementos de populismo económico e muitas características do que se designa de mercado selvagem, Mosca, Abbas e Bruna (2013). O modelo económico assenta numa ideologia de direita, com características de uma economia ambivalente entre o nacionalismo e a abertura política, económica e cultural. A intervenção na economia através de empresas públicas tem por objectivo essencial, a manutenção de preços dos bens e serviços básicos aos grupos sociais de baixa renda, de forma a evitar instabilidade social nos centros urbanos, conservação de plataformas de negócios para as elites e reter os mecanismos de reprodução do poder através de sectores estratégicos da economia.

Factores de longa duração e seus elementos de (des)continuidade fundamentam as opções e o pragmatismo da política económica. A situação social da pobreza e das desigualdades sociais, o

[22] Este programa conta com o apoio da FAO.
[23] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, ligada ao Ministério da Agricultura e conhecida por ser um dos suportes do agronegócio brasileiro.
[24] Veja o documento *O Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala, Versão* de 3 de Julho de 2014. Trabalho realizado por empresas de consultoria do Japão através da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).
[25] Como por exemplo a Vale e a Odebrecht.
[26] São sobejamente conhecidas as manifestações, bloqueio de comboios e da entrada nas minas, greves, etc., nas minas de carvão de Tete, assim como as actuações desproporcionadas da polícia.

crescimento das economias informais, o desemprego, etc., necessitam de discursos e de políticas populistas, com reforço do autoritarismo, do controlo dos órgãos de informação, da opinião pública e, quando necessário, do uso da repressão policial e da intimidação psicológica. A debilidade económica (baixa poupança investimento nacional, empresariado débil e recente, e fraquezas institucionais) impõe a abertura ao investimento externo com elevados benefícios fiscais, excepcionalidades legais e facilidades de operação. As debilidades institucionais permeabilizam tráficos de influências, acesso privilegiado ao conhecimento e a informações, o que é facilitado pela fraqueza funcional ou consciente/organizada da capacidade fiscalizadora do Estado e do poder judicial.

A criação de um empresariado nacional e a emergência da classe endinheirada surge após as reformas económicas de finais dos anos 80 do século XX. O processo tem sido caracterizado pelo acesso privilegiado aos negócios de políticos e de uma elite urbana com formação académica de algum modo relacionada com o poder, Mosca, 2005 e Pitcher (2002). As privatizações das empresas estatais do período pós reformas do ajustamento estrutural (1987), o acesso, muitas vezes não transparente, a fundos da cooperação e a créditos bancários não reembolsados e a participação e alianças com o capital externo, têm sido as formas de criação do tecido económico nacional. Consequentemente, dificilmente se está em presença de um empresariado schumpeteriano com espírito capitalista weberiano, de sectores competitivos segundo Porter ou de uma economia liberal marschalliana à moda dos *Chicago boys*.

Os últimos documentos do Ministério da Agricultura (PEDSA e PNISA)[27] revelam claramente a priorização para a agricultura de média escala "agricultores emergentes ou mercantilização/empresarialização do sector familiar". Wise (2015) afirma: "Eu perguntei ao Sr. Sitoe no Ministério da Agricultura se a lição do ProSAVANA era de que o desenvolvimento agrário em Moçambique precisava ser baseado nos três milhões de pequenos produtores de alimentos. … Não, assegurou-me ele. O governo está comprometido com capital, tecnologia e investimento estrangeiros como o caminho para o desenvolvimento agrícola. Ele puxou uma proposta de projecto de 4 cm de grossura, o qual propunha desenvolver com financiamento estrangeiro uma área de 200.000 hectares para agricultura irrigada ao longo do Rio Lúrio, a norte do Corredor de Nacala. Isso era parte do ProSAVANA? Não, assegurou-me ele... Essa marca já estava claramente comprometida[28].

E os agricultores e as comunidades da região haviam sido consultados acerca desse projecto no Rio Lúrio? "De maneira alguma" disse Vicente Adriano da UNAC[29]".

Neste contexto, e segundo o percurso da história económica recente e considerando os aspectos políticos, institucionais e das matrizes culturais que atravessaram a sociedade e a economia moçambicana, Moçambique encontra-se na senda do aprofundamento das suas características dependentes, subalternas no quadro das reconfigurações da divisão internacional do trabalho em contexto de globalização e, por isso, pouco competitiva, empobrecida e fortemente vulnerável às comoções internacionais, sejam económicas como políticas ou de outras naturezas. Uma economia extractiva, de acumulação primitiva e rendeira, estruturalmente dualista, sem resolução da pobreza e com aprofundamento das desigualdades sociais e espaciais.

[27] Actualmente Ministério da Agricultura e da Segurança Alimentar.
[28] A partir da frase "essa marca já estava claramente comprometida" pode-se dar substância à especulação segundo a qual os fundos e investimentos realizados associados ao ProSAVANA não surgem com a marca deste Programa.
[29] UNAC (União Nacional de Camponeses).

Por outro lado, Moçambique possui recursos naturais, potencial agrícola e abertura ao investimento externo. É uma economia que nos últimos anos tem tido um crescimento elevado e continuado, e considerada com tendo alguma estabilidade política e macroeconómica[30].

3. O PROSAVANA

3.1 Início e evolução da ideia do Programa

O ProSAVANA foi inspirado no Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados, que teve como lema Transformação de uma Terra Estéril em Celeiro do Mundo[31]. O ProSAVANA parte de uma iniciativa do Japão[32]. Surge orientado pelas supostas semelhanças técnicas entre o cerrado brasileiro (latitude, clima, etc.), um dos territórios emblemáticos do agronegócio (com cooperação e investimento japonês, entre outros países), com o Corredor de Nacala no quadro da savana africana em espaço transnacional, num território não muito diferente do mapa cor-de-rosa[33]. Este programa estende-se por uma área de cerca de 10,7 milhões de hectares, dos quais cerca de 3,2 milhões possuem potencial para a produção agrícola, onde residem perto de 4,3 milhões de moçambicanos, e existem interesses brasileiros e de outros países na indústria mineira, infraestruturas, energia e indústria[34].

Rapidamente foram desmistificadas muitas das semelhanças técnicas, argumento utilizado como facilitador da ideia do Programa. Jaiantilal (2013: 23 e 24) indica algumas: "A transplantação do modelo de desenvolvimento do Cerrado Brasileiro ao Corredor de Nacala – pressuposto inicial do ProSAVANA – encerra riscos muito grandes, pois os dois territórios têm uma condição inicial bastante diferente em termos de disponibilidade de terras e pressão sobre os recursos naturais, por entre outros, os seguintes factores:

- A densidade demográfica no Cerrado no início do PRODECER era de 2,5 pessoas/km^2, enquanto nos 14 distritos do Corredor Nacala, a densidade populacional em 2011 é de 56,2 pessoas/km^2, chegando ao máximo de 97,2 pessoas/km^2 no Distrito de Monapo.
- A dependência de recursos florestais, como lenha, fibra, madeira, carvão vegetal, plantas medicinais, carnes silvestres, etc. também é considerada maior no Corredor de Nacala hoje do que era no Cerrado cerca de quarenta anos atrás, o que implica em relativa dificuldade de desmatar florestas para fins agrícolas a menos que fontes alternativas de energia, proteína e medicamentos sejam rapidamente difundidas.

---

[30] Ressalva-se o ressurgimento do conflito político e militar entre 2013 e 2014 e os sinais de crise económica entre finais de 2014 até ao momento. Sobre o assunto, veja Mosca (2015).

[31] O PRODECER "iniciado em 1979, o programa criou a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) sob administração conjunta de ambos países. Implementou-se em 345 mil hectares (1,5 vezes o tamanho de Tóquio) e representou investimentos de 68,4 bilhões de Ienes (US$ 684 milhões) até o seu encerramento em Março de 2001. O PRODECER serviu como projecto piloto da agricultura do cerrado e como "base de desenvolvimento da vasta fronteira agrícola. Actualmente, a área dos cerrados desenvolvida, totaliza 10 milhões de hectares", Agência de Cooperação Internacional do Japão (2009).

[32] O documento *Diplomatic Cable* No. 726 do dia 6 de Abril de 2009, "manifestou a intenção de perseguir a possibilidade de colaborar com o Brasil para aplicar as experiências do desenvolvimento do Cerrado na Savana Africana que tem semelhança (com o Cerrado) ….Na fase inicial, gostaríamos de começar com Moçambique e Angola como países ….".

[33] "Mapa cor-de-rosa foi o nome dado ao mapa representativo da pretensão de Portugal a exercer soberania sobre os territórios entre Angola e Moçambique, nos quais hoje se situam a Zâmbia, o Zimbabué e o Malawi, numa vasta faixa de território que ligava o Oceano Atlântico ao Índico. ... Esta ambição entrou em colisão com o objectivo britânico de criar uma faixa de território que ligasse o Cairo à Cidade do Cabo, que desencadeou uma disputa com a Grã-Bretanha que culminou no ultimato britânico de 1890", https://pt.wikipedia.org, acedido a 25/06/2015.

[34] Para uma descrição geral da área do Programa, veja Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2015).

- A importância cultural das florestas para as comunidades tradicionais moçambicanas e a sua função como terra de pousio em sistema de agricultura de corte e queima também devem ser levados em consideração".

A Fundação Getúlio Vargas FGV - Projects and Oriental Consulting Ltd. foi contratada em Março de 2012 para a elaboração do Plano Director, tendo sido prevista a sua apresentação em Maio de 2013. Os debates e as críticas surgidas de vários quadrantes da sociedade civil nos três países e divergências sobre as estratégias de implementação entre os países contratantes fizeram atrasar o documento, que se pretendia final, para Março de 2015[35].

As reacções da sociedade civil justificam-se pelo conteúdo e informações veiculadas nos órgãos de comunicação bem como alguns discursos. Levantaram-se preocupações sobre a ocupação da terra, a entrada de grandes agricultores, as tecnologias intensivas em capital, os impactos sociais e ambientais, a prioridade das exportações, entre outros aspectos. A escassa e difícil comunicação com os governos e agências de cooperação respectivas contribuiu para o extremar dos posicionamentos e o não-entendimento e dificuldade de diálogo entre as partes. Nesse sentido, a pressão da sociedade civil contribuiu para a reformulação do conceito inicial tal como surge agora no PD[36], não obstante a persistência de dúvidas e desconfianças.

Vários estudos destacam os riscos e as vantagens da concepção inicial do ProSAVANA no quadro da exploração agrícola acima descrita. Alertou-se para o enquadramento institucional do Programa, as debilidades das infraestruturas, a inexistência de terras sem dono e de milhares de hectares contíguos sem ocupação. As ideias iniciais do programa indicavam a exploração em grandes plantações com tecnologias intensivas em capital e em regime de monoculturas (por razões técnicas e económicas), a entrada de agricultores estrangeiros e a exportação como principal objectivo (sobretudo do milho e da soja).

Estas características alertaram a sociedade civil dos três países que, em parceria nacional e internacional (tal como a cooperação trilateral do Programa), iniciaram consultas, trocas de informação, experiências, estudos, organizaram seminários de debate e procuraram fazer advocacia tanto nos respectivos governos como nas comunidades. Foram realizadas várias pesquisas internacionais e nacionais, assim como teses de pós-graduação. A sociedade civil moçambicana realizou acções de advocacia junto das comunidades e debates públicos. As questões essenciais concentravam-se na ocupação da terra, funções e o papel dos camponeses e das comunidades, necessidades de reassentamento da população, tipo de exploração e das tecnologias, prática e as consequências da monocultura, culturas e destino da produção, efeitos ambientais, transparência e acesso à informação, participação das comunidades e elaboração de planos de cima para baixo[37].

---

[35] A Versão Zero do PD de 2015 foi maioritariamente paga por fundos japoneses a consultores brasileiros. Estima-se, de acordo com o documento oficial do Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão datado em 25 de Maio 2015, que desde o início do ProSAVANA-PD (Projecto de Preparação de Plano Director) até Março de 2013 tenham sido pagos cerca de 4 milhões de dólares (considerando o actual câmbio desvalorizado de cerca de 120 yens por dólar). O orçamento deste projecto (PD) subiu até 6,5 milhões devido a 7 renovações do orçamento. O documento explica que a razão de renovações era para "continuar o diálogo cuidadoso com a sociedade civil moçambicana".
A FGV deixou de estar envolvida nos estudos relacionados com o ProSAVANA, depois de relatório problemático do PD.

[36] Os governos e as respectivas agências de cooperação não assumem estas mudanças de discurso.

[37] "O programa ProSAVANA foi hábil e convenientemente embrulhado numa elegante linguagem "verde" e tem sido apresentado aos moçambicanos e à comunidade internacional como um programa de "desenvolvimento agrícola sustentável", deixando completamente de lado os potenciais impactos sociais e ambientais do mesmo. No entanto, num programa desta dimensão, em que se prevê ser necessário o reassentamento de comunidades, é preocupante perceber que estas pouco, ou nada, sabem do mesmo. É mais um programa desenhado e decidido ao mais elevado nível, sem qualquer envolvimento dos camponeses e comunidades locais, o dito público-alvo", Posição da Justiça Ambiental/FOE Moçambique

A governação, a coordenação do programa e as agências respectivas de cooperação reagiram de diferentes formas, destacando-se as alterações sucessivas da narrativa do Programa, com a introdução da importância do sector familiar e sua integração inclusiva nos benefícios, da produção de alimentos e de tecnologias adaptadas. As autoridades insistiram que não se

---

sobre o Programa ProSAVANA, em http://justicaambiental.org/index.php/pt/2012-03-09-09-15-51/press-releases/119-posicao-da-justica-ambiental-foe-mocambique-sobre-o-programa-prosavana, 27 de Janeiro de 2013.

A Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N) emitiu um Comunicado de Imprensa em 30 de Setembro de 2013, onde se pode ler: "A PPOSC-N deplora as acções manipulativas e intimidatórias movidas pelos proponentes do ProSAVANA, manifestas por tentativas de dividir, segmentar e fragilizar a Sociedade Civil Moçambicana. Na sequência da Conferência Regional Norte da UNAC (União Nacional de Camponeses), ocorrida em Lichinga (Niassa) nos dias 28 e 29 de Agosto, os proponentes do ProSAVANA convidados à conferência promoveram, à margem da mesma, no dia 30, uma reunião paralela com organizações da Sociedade Civil de Niassa, submetendo os seus representantes a assinarem uma acta em que concordam que esse grupo é o ponto focal para discussão do ProSAVANA em Niassa. Contudo, durante a conferência propriamente dita, os camponeses e camponesas, membros da UNAC, manifestaram, por diversas vezes, o desacordo com a abordagem do ProSAVANA e exigiram a Paragem e Reflexão de Forma Urgente do Programa ProSAVANA segundo o demandado na Carta Aberta.

Na mesma perspectiva do ponto anterior, a PPOSC-N deplora as atitudes da JICA (Cooperação Japonesa) que desempenha um papel ambíguo e nebuloso, com técnicos, com diplomatas e com assessores, uma vez que, de acordo com o que observamos, por um lado, têm um papel de liderança na relação com a equipa nacional do ProSAVANA, mas, por outro, com uma assessoria sénior que pretende manter-se discreta em momentos cruciais de discussão.

A PPOSC-N acredita que o diálogo é ainda a melhor estratégia de discutir uma nova abordagem sobre a agricultura do sector familiar e desenvolvimento rural, focada numa liderança nacional; contudo, a continuação de tentativas de manipulação e divisionismo das organizações camponesas e da SC em geral, relativamente a esta temática, poderão levar a reflectir sobre outro tipo de estratégias para fazer valer os direitos constitucionais dos camponeses e camponesas".

"Em Maio de 2013, mais de 20 organizações da sociedade civil e movimentos sociais, camponeses, ambientais, religiosas, famílias e comunidades do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, assinaram e submeteram junto dos Presidentes de Moçambique, do Brasil e do Primeiro-Ministro do Japão uma Carta Aberta para Parar e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSAVANA …

A Carta Aberta, dirigida aos governantes dos três Países responsáveis por esta mega parceria, tinha como objectivo principal a detenção e paralisação urgente do ProSAVANA de modo a proporcionar espaços para debate público profundo, amplo, transparente e democrático no âmbito do exercício do direito à informação, consulta e participação públicas neste processo de grande relevância social, económica e ambiental, com elevados potenciais impactos e efeitos directos nefastos para a vida de milhões de cidadãos e das futuras gerações.

O documento também denuncia a existência de inúmeras discrepâncias e contradições nas insuficientes informações e documentos disponíveis, indícios e evidências que confirmam a existência de vícios insanáveis de concepção do programa; graves irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias ameaças de usurpação de terra e remoção forçada dos camponeses e das comunidades das áreas que ocupam actualmente.

Um ano após a submissão a publicação da Carta Aberta para Parar e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSAVANA, esta permanece sem resposta. Contra todas as críticas e exigências de vários segmentos da sociedade moçambicana, o ProSAVANA continua a ser implementado nos moldes corporativos e perversos em que foi concebido. O governo moçambicano, através do Ministério da Agricultura, continua a ignorar as demandas e justas reivindicações de moçambicanos e moçambicanas levantadas em torno deste Programa.

Com muita apreensão temos assistido à permanência de secretismo, omissão, manipulação e deturpação deliberada e contraditória de documentos, à multiplicação de intimidações e manipulação dos líderes das organizações camponesas, representantes dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e activistas, protagonizadas pelos proponentes e executores do ProSAVANA.

Para impedir situações de neocolonialismo, expressas através do avanço do ProSAVANA e das multinacionais sobre os territórios camponeses, anunciamos, publicamente, hoje, 2 de Junho de 2014, a Campanha Nacional Não ao ProSAVANA como parte de um processo mais amplo de endurecimento da nossa luta numa mobilização conjunta das organizações da sociedade civil e movimentos de camponeses em defesa dos recursos naturais e contra a agressão, usurpação, mercantilização e possível privatização da terra", Comunicado de Imprensa.

ocupariam terras ocupadas pelos camponeses, “mas, se acaso surgir interesse de investimento em terras "livres", as comunidades podem ser consultadas e, eventualmente, indemnizadas pela terra”, revista Valor, texto de Francisco Góes, 10-07-2014 (veja no pé de página 34 abaixo). Insistiram também que a produção seria primeiramente para o mercado interno. Em vários momentos os representantes do Programa manifestaram interesse em obter mais informação e na realização de auscultação das comunidades[38]. Existiram também reacções pouco tolerantes[39].

Os documentos e estudos oficiais do ProSAVANA revelam pouco conhecimento (ou somente revisão de literatura) da zona de implantação e de Moçambique. Aspectos essenciais, como os efeitos/impactos sociais e ambientais, não são referidos. A importância de ajustamentos de política económica é negligenciada. Os volumes de investimento privado não estão quantificados. As reformas e as formas de organização de direcção, coordenação, regulação, monitoria e fiscalização do Estado estão pouco clarificados.

Jaiantilal (2013) faz um “levantamento das expectativas que estão a ser formadas aos diferentes níveis e actores da sociedade da Província – sociedade civil, actores privados, associações de produtores – que estarão, de uma forma ou de outra, ligados ao ProSAVANA, destacando-se:

- A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Nampula (ACIANA) indica, sobretudo, a possibilidade de ampliação dos negócios em várias actividades, a transformação produtiva, o aumento da produção através de novas técnicas produtivas e pontualizam a importância de envolvimento de todo o tipo de produtores. A ACIANA chama à atenção para que os reassentamentos sejam condignos, que a gestão da terra seja em respeito à Lei, que exista envolvimento das populações e que se assegure uma boa gestão do programa e chama à atenção, ainda, para a debilidade das infraestruturas. A associação empresarial tem expectativas negativas quanto aos impactos ambientais.
- GAPI - Sociedade de Investimentos, uma das agências financeiras do ProSAVANA através dos fundos de investimento e cooperação, tem esperanças que o Programa “abra possibilidades para o desenvolvimento com impactos desejados na vida dos pequenos produtores…” Jaiantilal (2013: 18).

A sociedade civil reconhece a possibilidade de impactos positivos sobre o desenvolvimento da província e sublinha os riscos ambientais, a adaptação das técnicas aos sistemas produtivos locais e tem preocupações quanto à ocupação da terra (Jaiantilal, 2013).

---

[38] Segundo a Folha de São Paulo de 30 de Novembro de 2013 (A22 mundo 1), o Coordenador do ProSAVANA afirma: “As informações prestadas não foram suficientes”.

[39] Segundo a mesma edição da Folha de São Paulo, o Ministro da Agricultura de Moçambique (MINAG), José Pacheco, referiu-se às reacções da sociedade civil da seguinte forma: “É uma conspiração para manter Moçambique dependente da importação de comida”. Afirmou ainda que não existiria usurpação de terras de pequenos produtores”.

Daniel Ângelo Clemente, Secretário Permanente do MINAG disse "As críticas ao ProSAVANA são falsas". Na sua opinião, as críticas ao programa são feitas por pessoas que não querem que Moçambique saia da dependência alimentar e continue a importar comida, seja tomate da África do Sul ou frango do Brasil. Ele afirmou que a terra em Moçambique pertence ao Estado. "Mas existem direitos consuetudinários [que surgem dos costumes da sociedade] dados às comunidades que usam a terra há anos." Ele afirmou que ninguém pode, portanto, tirar a terra das comunidades. Mas, se acaso surgir interesse de investimento em terras "livres", as comunidades podem ser consultadas e, eventualmente, indemnizadas pela terra”. Artigo na revista Valor, texto de Francisco Góes, 10-07-2014.

Na linha da intervenção do Secretário Permanente do MINAG, Dzucula, Director Provincial de Agricultura de Nampula, afirma: “Temos forte convicção de que a propaganda falaciosa que está a ser movida para desacreditar o ProSAVANA vem de fora do país. Os seus mentores usam algumas organizações nacionais que se fazem passar por porta-vozes da sociedade civil para desacreditar a iniciativa triangular, agitando as comunidades para se revoltarem contra o Governo alegando um alto risco de usurpação das suas terras que na realidade não existe” (Intervenção de Pedro Dzucula no decorrer da apresentação do estágio das actividades que estão sendo implementadas na região do “Corredor de Nacala”, no âmbito do ProSAVANA).

A União Nacional de Camponeses tem reservas devido às possibilidades de exclusão das comunidades, aos riscos associados aos reassentamentos e à expropriação de terras com a criação dos sem-terra, às consequências da produção em regime de monocultura, à possibilidade do empobrecimento das comunidades rurais, ao aumento da corrupção, ao uso excessivo de químicos com os consequentes efeitos ambientais e à possibilidade de conflitos sociais (Jaiantilal, 2013).

Uma análise dos primeiros documentos do ProSAVANA aponta claramente para a produção da agricultura integrada em cadeias de valor, a intensificação tecnológica, a produção com base em agricultores de pequena e média dimensão integrados nos mercados e o pressuposto de que existem terras não aproveitadas (incluindo as de pousio) e com produções de baixa produtividade devido ao sistema de produção praticado pelos camponeses. O extracto seguinte, retirado do PROSAVANA-PD, 2013:8), é elucidativo: "A transição da agricultura de pousio para uma agricultura fixa é a principal premissa para o aumento da produtividade através da introdução de tecnologia da agricultura intensiva". Isso significa, necessariamente, a intensificação do capital nos sistemas de produção (e a necessidade de crédito), maior escala produtiva, conhecimento e criação de excedentes para a integração nas cadeias de valor. Em resumo, o alargamento da fronteira agrícola enquanto processo semelhante ao da "colonização económica".

Em consequência das diversas críticas ao Plano Director de 2013, o objectivo do ProSAVANA sofreu ajustamentos expressos em frases como "com especial atenção para os pequenos produtores". Clements (2015), https://www.prosavana.gov.mz/index.php?p=pagina&id=9.

3.2 Diferenças entre as percepções, informações e discursos iniciais e o PD - Versão Zero

a) Do agronegócio com base em capital e grandes empresas ao pequeno agricultor como principal beneficiário

Inicialmente, o discurso à volta do ProSAVANA era de que este seria um programa virado ao agronegócio em que se previa a entrada massiva de grandes investidores estrangeiros agrários[40]. O documento de 2 de Dezembro de 2011 exprime o compromisso do governo moçambicano para desenvolver actividades de captação de investidores para o programa. Outros documentos referem o mesmo compromisso.

Em Abril de 2012, a convite da JICA, grupos de empresários japoneses e brasileiros visitaram Moçambique e a zona do ProSAVANA para verificar as condições de investimento[41]. Tudo indica, por agora, que o entusiasmo final não foi elevado.

Após as inquietações de diferentes organizações da sociedade civil, o PD – Versão Zero apresentou como principal alvo os pequenos agricultores[42], sem especificar qual dos grupos (que são muito diferentes entre si), e a prática da agricultura por contrato. A nova visão adoptada por este programa é melhorar a vida da população do Corredor de Nacala através do fortalecimento da agricultura familiar em que o Governo e o sector privado aparecem apenas como um apoio com vista a alcançar este objectivo.

---

[40] Referido por diferentes jornais, veja, por exemplo, http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/11/1378723-projeto-agrario-apoiado-pelo-brasil-e-alvo-de-criticas-em-mocambique.shtml

[41] O objectivo desta missão/visita dos actores privados e públicos era a promoção de investimentos agrícolas pelas empresas do Japão e Brasil.", http://www.jica.go.jp/topics/news/2012/20120514_02.html.

[42] Estes são classificados no PD-Versão Zero da seguinte maneira: (1) Produtores emergentes, os que detêm uma área até 10 hectares; (2) Produtores típicos de pequena escala, que cultivam áreas de pequena dimensão e para o consumo próprio; e, (3) Produtores vulneráveis, os que detêm menos de ½ hectare e têm dificuldades em obter alimentos para consumo próprio.

b) De culturas de rendimento destinadas à exportação à priorização de culturas alimentares

O desenvolvimento de culturas de rendimento para exportação sempre foi um dos tópicos de inquietação no âmbito de discussão dos objectivos do ProSAVANA. Referenciavam-se a produção de culturas de rendimento, em particular a soja[43].

No entanto, a adopção do pequeno agricultor, como principal alvo deste programa, foi acompanhada pela substituição das culturas de rendimento para exportação por um leque de culturas alimentares (milho, mandioca, feijões e amendoim) assim como de rendimento (soja e outras) destinadas ao mercado interno.

No entanto, as culturas do milho e da soja mantêm a prioridade na investigação, o que pode significar a manutenção da importância destas culturas no Programa[44]. Os investimentos que se realizam na zona do ProSAVANA, e depois do anúncio deste Programa, concentram-se na produção de soja.

c) Terra

O ProSAVANA tem-se assumido como um programa de Moçambique para moçambicanos. Refere-se que não haverá usurpação de terras no âmbito da implementação dos diferentes projectos. O ProSAVANA-PD refere que a gestão de terras será feita pelas entidades competentes do Governo e que os investimentos respeitarão os direitos de uso e aproveitamento da terra pelas populações. Afirma-se que os conflitos de terra existentes pelos investimentos serão arbitrados pelos mecanismos legais existentes.

O PD afirma a importância da atribuição de DUATs aos pequenos produtores e da melhoria da gestão de terras.

O documento reconhece a existência de alguns conflitos de terra ao longo do Corredor; no entanto, não reconhece os que têm havido no âmbito dos projectos-piloto que têm sido implementados[45]. Nos chamados projectos-piloto têm-se verificado situações de conflitos de terra mal monitorados que resultaram em desalojamento de comunidades e perda de machambas e áreas de valor antropológico[46].

d) Transparência, planificação inclusiva e participativa

Após as primeiras informações e documentos sobre o ProSAVANA, a sociedade civil solicitou, de diferentes formas, a adopção de métodos que permitissem uma maior inclusão seja das organizações da sociedade civil[47] como, e principalmente, dos agricultores através de troca de

---

[43] Veja as diferentes publicações de jornais brasileiros, por exemplo http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/11/1378723-projeto-agrario-apoiado-pelo-brasil-e-alvo-de-criticas-em-mocambique.shtml

[44] Uma análise da evolução das áreas das diferentes culturas referidas no PD-Versão Zero, entre 2011 e 2030, indica claramente que a soja evoluirá muito mais rapidamente que as restantes,

[45] Veja mais adiante no ponto 3.3 o documento *Os Usurpadores de Terras no Corredor de Nacala*, elaborado pela UNAC e GRAIN, onde se apresenta uma análise com base em casos concretos acerca dos conflitos e usurpação de terras.

[46] Além dos casos referidos no ponto 3.3, estas informações foram obtidas em entrevistas nos trabalhos de campo realizados pelo OMR e outras organizações, além do conhecimento obtido por observação directa.

[47] O PD contém algumas passagens abstractas, em que se refere o envolvimento de organizações da sociedade civil, veja, por exemplo, pág. 6-1. No entanto, ao verificar-se nos quadros específicos de cada actividade, a sociedade civil não é considerada como um dos agentes implementadores. Veja, por exemplo, página 6-3 e 6-4.

opiniões e diálogos, a nível provincial e distrital, assim como da abertura ao público de documentos do ProSAVANA

Porém, esse objectivo não foi ainda alcançado. Existem documentos que foram conhecidos por vias informais ou por processos prolongados e complicados usando "Freedom of Information Act" no Japão[48].

Descreve-se, adiante, como as auscultações sobre o Plano Director - Versão Zero foram realizadas nos distritos. O acesso à informação tem sido obstaculizado, seja pelas instituições governamentais como pelas agências e embaixadas dos países envolvidos no ProSAVANA. Entre muitos exemplos, foi indicado a um investigador que solicitasse as informações por escrito e enviasse por correio electrónico e que as respostas seriam dadas em 90 dias. As respostas nunca foram recebidas.

3.3 Implementação do Programa entre 2011 e a actualidade (Maio de 2015)

De acordo com a nota conceitual de 2013, o ProSAVANA é composto por três projectos com o objectivo de materializar a sua visão e missão[49]:

Quadro 1

Projectos no âmbito do ProSAVANA

Projecto	Propósito
ProSAVANA-PI	Projecto de melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia com vista ao desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique.
ProSAVANA-PEM	Projecto de criação de modelos de desenvolvimento agrícola comunitários com melhoria do serviço de extensão agrária com vista ao desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique.
ProSAVANA-PD	Projecto de apoio ao plano director com vista ao desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala em Moçambique, que tem como objectivo formular o Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala. Este último deve indicar medidas e actividades necessárias para melhorar e modernizar a agricultura regional, gerando valor agregado e promovendo diversas actividades económicas relevantes para a agricultura.

Fonte: ProSAVANA (2013).

De acordo com as conclusões retiradas pelo grupo de estudo do ProSAVANA-PD, a transição da agricultura de pousio para uma agricultura fixa é a principal premissa para o aumento da produtividade através da introdução de tecnologias de agricultura intensiva e a conservação do meio ambiente, que formam a base da agricultura, ProSAVANA (2013).

ProSAVANA-PI[50]

A componente de investigação do ProSAVANA teve início em 2011 através de diferentes actividades desenvolvidas no Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM).

[48] São os casos dos acordos entre os três países sobre os três projectos do ProSAVANA (PI, PD e PEM) assinados pelos representantes dos três países antes de começar os projectos, "Work Plan" e "Interim Reports 1, 2 e 3" do projecto da preparação do Plano Director. O governo japonês explica a razão do encerramento destes documentos: "o governo japonês está a coordenar com o governo moçambicano a possibilidade de divulgar estes documentos…", em documento do MNE japonês datado 25 de Maio de 2015.

[49] Visão: Melhorar a vida dos habitantes do Corredor de Nacala, através do desenvolvimento agrícola e regional, inclusivo e sustentável. Missão: (1) melhorar e modernizar a agricultura para aumentar a produtividade, a produção, e diversificar a produção agrícola; e, (2) gerar empregos através do investimento agrícola e criação de uma cadeia de abastecimento;

[50] Projecto de Investigação.

As actividades desenvolvidas no âmbito deste programa foram as seguintes: (1) estudo de sistemas de cultivo e transferência de tecnologia; (2) testes e introdução de variedades; (3) capacitação institucional do IIAM (treinamentos; infraestruturas); (4) levantamentos hidrográficos; (5) melhoramento dos solos, e outros[51].

Estas actividades tiveram como resultados, primeiro, o aumento do número de produtores de soja[52], que se tem tornado, desde 2011, numa cultura cada vez mais praticada. Em segundo lugar, verificou-se o aumento da capacidade de investigação do IIAM em termos de infraestruturas (por exemplo o aumento da área do laboratório, introdução de novos equipamentos, contínuo treinamento de recursos humanos, maior capacidade de recepção de amostras de solos, etc.).

Prevêem-se ainda actividades ligadas ao fortalecimento da investigação com o objectivo de melhorar o sistema de investigação agrária das zonas Centro e Norte.

ProSAVANA-PEM[53]

Considera-se que esta componente do programa desenvolveu-se no mesmo período em que o ProSAVANA-PI se iniciou. No âmbito do melhoramento dos serviços de extensão com vista ao desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala têm sido implementados campos de demonstração. Têm sido postos em prática sistemas de produção. Para o efeito, tem-se estabelecido acordos entre associações e a equipe do projecto do ProSAVANA-PEM.

Um exemplo deste modelo de desenvolvimento agrícola comunitário foi a aplicação do Modelo 2 no caso das associações Maria da Luz Guebuza e Namuáli. No âmbito do projecto ProSAVANA-PEM, estas duas associações de camponeses obtiveram uma motobomba, acessórios e outros *itens* em forma de empréstimo a ser usada por todos os membros das duas associações num período de dois anos até terminar o reembolso. De acordo com o Presidente do Fórum em questão, os recursos seriam partilhados entre as duas associações e cada uma contribuiria com 15 mil meticais por ano, totalizando no segundo ano 60 mil meticais. Com este valor comprar-se-ia uma segunda moto-bomba, resultando uma para cada associação. É de se referir que estes factos não constam no contrato.

No decorrer das actividades verificaram-se dificuldades no que se refere ao transporte da motobomba de uma associação para outra. Por dificuldades de transporte a associação Namuáli não beneficiou deste recurso apesar de também ter assinado o contrato com a equipe do ProSAVANA-PEM.

A implementação do PEM é principalmente determinada pela capacidade de identificar as necessidades e de implementar acções no âmbito da extensão rural. As deficiências da extensão rural caracterizam-se principalmente pelos seguintes aspectos: (1) número reduzido de extensionistas face às áreas cultivadas e ao potencial da zona do programa; (2) baixa qualificação e necessidade de rejuvenescimento dos extensionistas; (3) baixo nível de aderência ou adopção de inovações; (4) fraca dotação orçamental para equipar os extensionistas com material de trabalho (motas e outros); (5) ineficiente alocação de extensionistas sem consideração pelo peso, importância e potencial produtivo de cada distrito, como por exemplo o caso de Ribaué e Malema.

[51] Informação obtida em entrevista com o Director do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique em Nampula.
[52] Idem.
[53] Projecto de Extensão e Modelos.

ProSAVANA-PD[54]

Considera-se o Plano Director do ProSAVANA um guia global do programa que deve indicar medidas e actividades necessárias para melhorar e modernizar a agricultura, gerando valor agregado e promovendo diversas actividades económicas relevantes para a agricultura e para o desenvolvimento do território.

Como se pode verificar na Nota Conceitual publicada em 2013, está prevista uma estratégia de desenvolvimento que tem como objectivo o aumento da produção e da produtividade e a diversificação da agricultura. A estratégia visa o melhoramento do acesso ao financiamento ou crédito agrícola através de apoio financeiro a organizações de empresas agrícolas de pequeno e médio porte (cooperativas e associações) e agricultores individuais, os chamados Quick Impact Projects (QIP).

Estas empresas ou associações são financiadas via uma empresa público-privada moçambicana, GAPI-Sociedade de Investimento. A GAPI funciona como uma instituição financeira de desenvolvimento tendo como objectivo principal a mobilização de recursos para a promoção do empresariado nacional.

A alocação dos fundos do ProSAVANA teve início em 2012, tendo sido financiados, via GAPI[55], cinco projectos de empresas de produção comercial e de sementes. Segue a lista dos financiamentos realizados neste âmbito:

Quadro 2
Lista de empresas/associações financiadas pelo Fundo para a Iniciativa de Desenvolvimento (FID) ProSAVANA

Empresa	Local	Finalidade	Status	Nº de produtores contratados
1º Ano				
Lozane Farms	Alto Molocué	Compra de insumos, fundo de maneio	Em progresso	418
Matharia Empreendimentos	Ribaué	Compra de um tractor e equipamento, reabilitação de um armazém	Em progresso	242
IKURU SARL	Nampula	2 tractores, compra de produto (gergelim e amendoim)	Em progresso	6
Oruwera Seed Company	Nampula	Compra de insumos, fundo de maneio	Em progresso	48
Santos Agrícola	Namialo	Instalação de estufas e um sistema de rega, produção de hortícolas	Em progresso	35
2º Ano				
Morais Comercial	Iapala	Produção de semente	Desembolsado em Dez 2013	Espera-se 120
Fórum de Iapaca	Malema	Comercialização de milho e gergelim	Ainda não desembolsado. Contrato aguarda regularização da Acta da AG	300 membros

Nota: A lista refere-se ao período até meados de 2014.
Fonte: GAPI SI.

[54] Plano Director.
[55] Para este efeito foi constituído um fundo denominado "Fundo para a Iniciativa de Desenvolvimento ProSAVANA" com valor inicial de 22 milhões de meticais, o qual visa financiar Pequenas e Médias Empresas cuja actividade tem impacto directo nos rendimentos dos produtores agrícolas de pequena escala, veja em http://www.gapi.co.mz/content/o-nosso-trabalho/fomento-empresarial/prosavana.php.

Os projectos financiados por este fundo têm uma taxa de juro anual de 10%, alterável durante a vigência do contrato em conformidade com a evolução das taxas de juro do mercado financeiro. De acordo com o contrato que é celebrado entre a GAPI-SI e os beneficiários do crédito, em nenhum momento se refere o ProSAVANA.

Por exemplo, foi celebrado o contrato de financiamento para comercialização de gergelim entre o Fórum IAPACA (referido no contrato como UNAICA[56] – Associação de Camponeses de IAPACA, da qual o Fórum faz parte), localizado no distrito de Malema, com o valor de 250 mil meticais, com início a 24 de Fevereiro de 2014. Parte do financiamento foi utilizada pelo Fórum.

O Fórum apenas tomou conhecimento de que os fundos provinham do ProSAVANA aquando da primeira supervisão feita à gestão dos recursos financeiros, e a equipe se apresentou como pertencente ao programa. Sendo assim, violou-se o direito de escolha e de informação permitindo-se a opção, ou não, de colaboração com o programa. O Fórum afirma que, se tivesse conhecimento da proveniência dos fundos, não se candidataria ao crédito da GAPI devido à imagem de como o ProSAVANA poderá prejudicar os camponeses[57].

Outros constrangimentos relacionados com a implementação dos projectos chamados "piloto" relacionam-se com conflitos de terra como é o caso da empresa Matharia Empreendimentos, localizada no distrito de Ribaué. A área pertencente à Matharia Empreendimentos foi aparentemente considerada "abandonada"; entretanto, diferentes comunidades prosseguiram a ocupação desta terra. Estas comunidades fizeram desta área o seu recurso de sustento, assim como a estabeleceram como espaço para suas actividades culturais e religiosas por um período já superior a dez anos, período que a Lei dá por direito de ocupação definitiva e por boa-fé. Encontram-se nesta área diferentes machambas, residências e cemitérios.

Através do financiamento do ProSAVANA, a Matharia Empreendimentos não permitiu que algumas comunidades continuassem a desenvolver as suas actividades e, consequentemente, utilizassem as áreas onde já se encontravam estabelecidas há mais de dez anos. As áreas foram delimitadas com marcos. Estas comunidades encontram-se instaladas em áreas circunvizinhas e frustradas pela grande perda de recursos e pelo aumento da pobreza e insegurança. É necessário realçar que o papel de monitoria e supervisão da aplicação da legislação recai sobre o governo local, o qual permitiu que situações deste género se observassem sem efectuar acções que as impedissem, isto é, fazer cumprir a lei ou promover a negociação entre as partes.

Em resumo, as actividades do ProSAVANA têm tido impactos negativos que não estavam previstos em nenhum documento. Estes aspectos distanciam-se dos objectivos apresentados na Nota Conceitual publicada em Setembro de 2013 assim como das inquietações apresentadas pelas organizações da sociedade civil. Em síntese apresentam-se as seguintes questões pertinentes:

- Registaram-se, segundo as entrevistas realizadas, casos de aumento de pobreza ao nível das comunidades locais que foram influenciadas, directa ou indirectamente, pelo ProSAVANA via financiamento de projectos no âmbito dos Quick Impact Projects[58].
- Consequentemente, no mesmo contexto, verificou-se um aumento do risco de insegurança alimentar para essas mesmas comunidades devido à perda de terras para a prática da agricultura.

[56] Neste processo houve necessidade de mudança de nomes constantes nos estatutos: de Fórum IAPACA para UNAICA, devido ao facto dos imóveis (armazéns), que serviriam de garantia para o empréstimo, estarem registados em nome da UNAICA. E, portanto, registaram-se atrasos no desembolso do remanescente do financiamento.

[57] Geralmente os contratos de financiamento entre uma instituição financeira e o investidor não têm que ter a informação sobre a origem dos fundos. Porém, no contexto do debate existente na sociedade, a indicação de que os empréstimos são de fundos alocados no âmbito do ProSAVANA contribuiria para uma maior transparência do Programa.

[58] Entrevistas registadas com membros das respectivas comunidades.

- Um certo nível de insegurança e risco no que concerne às actividades do ProSAVANA, o que resulta num baixo nível de confiança dos agricultores. Este facto contribui para a depreciação da imagem do ProSAVANA, sobretudo, no seio dos pequenos agricultores[59].

Como aspectos positivos, verificou-se, desde inícios de 2011, um aumento da capacidade de investigação em termos de infraestruturas e recursos humanos. No entanto, ainda não se verificam resultados nas comunidades e nos sistemas de produção. Este facto deve-se às debilidades dos serviços de extensão rural bem como na definição de mensagens acerca das técnicas e sistemas de produção a transmitir aos produtores.

4. O PLANO DIRECTOR - VERSÃO ZERO DE MARÇO DE 2015

4.1 Breve apresentação do Plano Director

A publicação do Plano Director (PD) estava prevista para inícios de 2015. O PD-Versão Zero foi disponibilizado através do *site* deste programa, juntamente com a publicação do Comunicado de Imprensa sobre a auscultação pública a nível distrital sobre o ProSAVANA no dia 31 de Março de 2015.

Esta versão do PD é um documento de aproximadamente 200 páginas. Contém oito capítulos que englobam a caracterização da situação actual do Corredor de Nacala, conceitos básicos utilizados no documento e uma caracterização mais específica dos quatro pilares do Plano Director de Desenvolvimento Agrário, nomeadamente: (1) Produtividade agrária; (2) Acesso ao mercado; (3) Recursos naturais; e, (4) Instituições.

A formulação deste PD iniciou-se em 2012 tendo como autores o MASA (incluindo as DPAs de cada província) e recebendo assistência técnica de consultores do Japão e Brasil.

Neste PD constam os seguintes princípios orientadores para o desenvolvimento agrícola:

- Desenvolvimento sustentável, inclusivo, dinâmico e equilibrado do Corredor de Nacala, enfatizando a agricultura familiar;
- Desenvolvimento socioeconómico e cultural das comunidades e a melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala;
- Desenvolvimento de cadeias produtivas em função das potencialidades agro-ecológicas e estabelecimento de condições de acesso aos mercados;
- Promover a protecção dos direitos de uso e aproveitamento da terra das comunidades;
- Promover inovações tecnológicas e difusão de novas tecnologias para o aumento da produção e produtividade, apoiadas por sistemas de formação dos produtores para aumentar as suas capacidades de escolha, absorção e adaptação de tecnologia;
- Promover a colaboração entre o sector público e todos os outros sectores envolvidos no desenvolvimento do sector agrário, incluindo parcerias público-privadas-população, para melhorar a eficiência e reduzir custos ao longo das cadeias produtivas;
- Considerar a conservação do meio ambiente no desenvolvimento das actividades agrárias.

O PD estabelece que o grupo alvo do programa engloba todas as categorias de pequenos produtores que classifica em emergentes, típicos de pequena escala e vulneráveis.

[59] Veja-se os vários comunicados emitidos por organizações da sociedade civil aquando das auscultações no mês de Abril.

O PD apresenta um programa para ser implementado em três etapas: (1) consolidação da base do desenvolvimento, de 2015 a 2020; (2) etapa do crescimento, de 2021 a 2025; e, (3) período de amadurecimento do desenvolvimento, de 2025 a 2030.

Pilar 1: Produtividade agrária

Este pilar engloba cinco estratégias dirigidas principalmente para o aumento da produção e produtividade agrícola e também do aumento da competitividade da agricultura baseado na melhoria do sistema de assistência técnica, acesso a insumos, financiamento e desenvolvimento da irrigação.

A equipe que elaborou o PD estabeleceu critérios de pontuação para determinar as culturas a priorizar. Assim, o PD priorizará as culturas alimentares consideradas de maior potencial: milho, mandioca, feijão manteiga, feijão nhemba e amendoim. Relativamente às culturas de rendimento, a soja, batata, hortícolas, caju, algodão e o tabaco foram as que mais pontuações receberam. Foram também consideradas culturas prioritárias o gergelim, o girassol e o chá.

De acordo com o MASA (2015), a assistência técnica agrícola será complementada pelo fortalecimento do sistema de investigação através da criação de três grupos de investigação para as diferentes culturas. O PD estabelece a investigação relacionada com o milho e soja como prioritária. Considera também o reforço dos serviços de extensão agrária.

No âmbito do aumento da produção e produtividade agrícola, o PD indica a necessidade de estratégias de desenvolvimento que introduzam diferentes mecanismos financeiros para promoção de empréstimos agrícolas seja aos produtores individuais ou às associações e cooperativas e apoios financeiros a pequenas e médias empresas do agro-negócio através do Fundo de Iniciativa para o Desenvolvimento (FID).

Pilar 2: Acesso ao mercado

Este pilar assenta no desenvolvimento de serviços e infraestruturas para maior acesso aos mercados e num quadro de orientação para a promoção do investimento agrário. Para a melhoria do acesso ao mercado o PD sugere a adopção do sistema de produção por contrato e a parceria entre produtores locais e o agronegócio, como forma de ultrapassar a escassez da demanda do mercado e a indisponibilidade de informações de mercado.

Por outro lado, seria necessário o estabelecimento e desenvolvimento de cooperativas "agrícolas modernas", a promoção do valor agregado dos produtos agrícolas (agro-processamento) englobando diferentes estratégias para o desenvolvimento de *clusters* agrícolas[60]. Este pilar assenta, também, na criação de um ambiente favorável ao investimento agrário e na capacitação dos serviços de desenvolvimento de negócios e da agro-indústria.

A necessidade de desenvolvimento de infraestrutura logística é também um ponto crucial a ser desenvolvido neste pilar que, de acordo com o PD, terá como objectivos a melhoria das vias de acesso, linhas férreas e instalações de armazenagem.

Pilar 3: Recursos naturais

Neste pilar constam as actividades relacionadas com a gestão de terra, a promoção do registo de terras para as comunidades e produtores familiares assim como o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização da aplicação da Lei de Terras e do Ambiente.

[60] Nas cadeias de valor de culturas como soja (veja pg 5-16 do PD) e castanha de caju prevê-se a exportação.

A adopção do PIAR (Princípios para o Investimento Agrícola Responsável) constitui o mecanismo para garantir a protecção dos direitos das comunidades e para mitigar os restantes riscos destes investimentos.

Pilar 4: Instituições

De acordo com o PD, o fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades está assente em quatro estratégias: (1) coordenação para o fortalecimento das instituições relacionadas com a agricultura e a segurança alimentar; (2) criação e desenvolvimento de organizações de produtores; (3) implementação de actividades para o desenvolvimento comunitário; e, (4) melhoria das infraestruturas sociais.

A monitoria e avaliação do impacto da implementação do PD é feita pelo MASA, DPAs, SDAEs e IIAM conjuntamente com o INE. Não se prevê a criação de uma entidade independente do governo e do programa.

As acções para o desenvolvimento comunitário e melhoria das infraestruturas sociais necessárias nas zonas rurais estão previstas neste pilar. Estão também previstas melhorias da infraestrutura comunitária através da responsabilidade social empresarial (RSE).

O PD não prevê de forma clara uma instituição independente para harmonizar e monitorar as várias componentes. É mencionada, ocasionalmente, ao longo do texto uma instituição, mas não se especifica o nível de independência que terá em relação ao programa e ao MASA.

4.2 Análise do Plano Director-Versão Zero (Março de 2015)

a) O processo de auscultação

As consultas enquadram-se no princípio/objectivo de inclusão dos interessados num programa ou projecto. Inclusão significa o direito de participação, compreendido, tornando o objecto em causa compreensível, tornando o(s) indivíduo(s) como pertencentes (integrantes) a um grupo, concordante com os objectivos de algo. É um conceito interactivo em que as participações individuais e institucionais procuram compreender, conjugar esforços individuais e colectivos para o alcance de um determinado objectivo sem que necessariamente existam consensos em tudo que esteja relacionado.

As consultas junto das comunidades têm sido caracterizadas por serem assimétricas quanto ao nível de conhecimento sobre o objecto em consulta e de formação/conhecimento entre o governo e os investidores comparativamente com as comunidades e quanto à capacidade negocial (conhecimento dos documentos, da legislação, de organização, etc.). As sessões de informação/"debate" (auscultação) reflectem relações desiguais de poder político e económico e, portanto, reforçam as assimetrias nas capacidades de negociação: de um lado, o governo e os investidores e, do outro, as comunidades mais ou menos apoiadas por organizações da sociedade civil.

Além destes aspectos, não existiu democraticidade nas sessões de consulta. Os documentos são apresentados de forma resumida e, em muitos casos, as perguntas e dúvidas não são esclarecidas sendo remetidas para posteriores encontros ou, simplesmente, ficam sem respostas. As pessoas mais activas e reivindicativas das comunidades são posteriormente coagidas e ameaçadas[61]. Isto é, para além do défice democrático, existem práticas de intimidação e repressivas.

[61] *"No dia 28 de Abril realizou-se a reunião de auscultação pública do ProSAVANA durante a qual os camponeses e as comunidades presentes rejeitaram este programa por causa dos seus graves riscos e consequências. Na sexta-feira última, dia 8 de Maio fomos solicitados pelo Chefe do Posto Administrativo de Mutuali. Eu e o companheiro do Fórum das Associações de Camponeses de Mulicana fomos ao Posto*

Em muitos casos, os directamente afectados e interessados acerca dos impactos da implantação dos investimentos estavam pouco representados nas reuniões. Os funcionários públicos, trabalhadores da educação e saúde públicas, membros da Frelimo e das forças de defesa e segurança (por vezes fardados e armados), comerciantes e pequenos empresários de outras actividades, constituíram a maioria dos participantes. As comunidades e os camponeses, individualmente ou através das suas organizações representativas, participaram, muitas vezes, com as condicionalidades descritas nos parágrafos anteriores.

Os investimentos são, regra geral, apresentados como oportunidades de mais emprego e geração de rendimentos, que incluem programas sociais (educação, saúde, etc.), de apoio à produção etc. Isto é, são criadas expectativas que facilitam a aceitação e envolvimento das comunidades. Vários estudos sobre outras experiências revelam que as expectativas não foram concretizadas e que, em alguns casos, posteriores manifestações de protestos foram violentamente reprimidas pelas forças policiais[62].

Transcrevem-se alguns extractos de um dos comunicados assinado pelas organizações da sociedade civil que participaram nas auscultações do ProSAVANA durante o mês de Abril e Maio:

> *Os participantes nas sessões de auscultação eram maioritariamente funcionários do Estado, tais como chefes de postos administrativos, chefes de localidades, técnicos e extensionistas dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAEs), professores, enfermeiros e membros da polícia (alguns armados). Participaram*

Administrativo. Quando chegamos o Chefe do Posto nos perguntou a respeito de quem é que terá instigado o Povo e os camponeses a rejeitarem o ProSAVANA. Também o Chefe do Posto Administrativo de Mutuali quis saber quem havia convocado tantas pessoas para participarem da reunião de auscultação pública do ProSAVANA, alegadamente porque o Governo apenas havia convidado 25 pessoas para aquela reunião" contou.

Na conversa que temos vindo a citar, a ADECRU soube ainda que, durante o encontro do dia 8 de Maio, o Chefe do Posto Administrativo de Mutuali, acompanhado pelo líder Muchona e pelo representante dos Serviços Distritais das Actividades Económicas (SDAE) de Malema, tentou, sem sucesso, forçar os representantes das associações de Iapaca e de Mulicana a irem às comunidades e, de casa em casa, obrigar os camponeses a anularem a sua decisão de rejeitar o ProSAVANA.

"Ele (o chefe do Posto Administrativo) nos obrigou para irmos às comunidades para sensibilizar os camponeses a mudarem da sua posição e aceitarem o ProSAVANA. Entretanto, dissemos ao Chefe que nós não podemos obrigar os camponeses a aceitarem um programa tão prejudicial como o ProSAVANA. Dissemos também que o Governo devia parar com a sua campanha de manipulação e intimidação aos camponeses e comunidades que não querem este programa" acrescentou.

Durante a mesma reunião, o Chefe do Posto Administrativo anunciou a convocação de uma reunião com carácter de urgência para o dia 14 de Maio de 2015, com todos os camponeses e comunidades de Mutuali que rejeitam o ProSAVANA com o objectivo de os forçar a mudar de posição. Entretanto, e de forma estranha e intempestiva, o representante do Fórum das Associações de Ipapa e de Mulicana foi surpreendido no sábado, por uma carta assinada pelo chefe da secretaria do Posto Administrativo de Mutuali, Frazão Sitoi Alfredo, através da qual se convocava uma reunião urgente para as 14 horas do dia 11 de Maio de 2015 a decorrer na sede do Fórum de Ipaca e que contaria com a presença do Governo Distrital, incluindo o Director SDAE de Malema.

A Carta-convocatória foi entregue pelo representante do SDAE de Mutuali que voltou a insistir para que os camponeses e as comunidades aceitem o ProSAVANA porque, caso contrário, iriam para a cadeia. *"Estamos a ser ameaçados e perseguidos pelo Governo e responsáveis do SDAE. Mas, nós somos camponeses e porta-vozes do Povo que não querem o ProSAVANA. Estamos firmes e iremos defender o povo e os camponeses em todos os momentos. Sabemos que os camponeses e as comunidades da Zambézia, Niassa e todo o Corredor de Nacala não querem este programa ProSAVANA. Não sabemos porque é que o Governo está apenas a perseguir as comunidades e camponeses de Malema"* concluiu a nossa fonte". https://adecru.wordpress.com/2015/05/11/governo-do-distrito-de-malema-persegue-e-ameaca-camponeses-que-rejeitaram-o-prosavana/

[62] Vários casos são reportados e documentados, como por exemplo, nos reassentamentos da VALE em Tete.

ainda secretários do Partido Frelimo e comerciantes, e, em alguns casos, agricultores, associações de produtores e líderes comunitários pré-seleccionados.

Os apresentadores (e não auscultadores) não demonstraram qualquer domínio sobre as questões apresentadas e os camponeses participantes questionaram sobre o seu papel na implementação do Programa e seu benefício. Nenhum dos participantes ou grupos de participantes teve acesso, conhecimento ou discutiu o documento antecipadamente.

As respostas, maioritariamente vagas, deixaram maiores dúvidas. O ponto focal do ProSAVANA da Província de Nampula efectuou um discurso recorrendo a justificações baseadas em expressões como "liberdade de expressão" e "exigências do contexto histórico". Sugeriram que as dúvidas e esclarecimentos acerca das especulações negativas sobre o ProSAVANA fossem colocadas aos representantes governamentais distritais (administrador ou líderes).

Os discursos eram complementados por apelos dos representantes do Governo distrital para que aceitassem o Programa.

Em alguns locais os representantes do governo Distrital referiram a "intromissão" de indivíduos não naturais do local com questões e comentários despropositados, ofensivos e apresentados de forma arrogante. Citando o administrador de Monapo em plena auscultação: "os das grandes cidades falam como se tivessem direito de falar pelos camponeses, que nem sabem o que é machamba... utilizam o nome dos camponeses para ganhar per diems". Apenas se pode inferir que se pretendia que "os de fora" (membros da sociedade civil, académicos e outros não pré-seleccionados) pretendiam causar agitação em volta das actividades do ProSAVANA.

Em resumo as auscultações do Plano Director Versão Zero pecam por terem sido:

- *Auscultação após início de actividades do ProSAVANA.*
- *Insuficiente e tardiamente divulgadas considerando os meios utilizados.*
- *Baixa cobertura territorial (número de localidades) sem razão aparente nem critérios esclarecidos, parcialidade territorial.*
- *Exígua presença de camponeses e de associações de pequenos produtores e com assistência maioritária de funcionários públicos nas sessões.*
- *Apresentação excessivamente apressada e sem respostas esclarecedoras às questões colocadas pelos presentes.*
- *Sessões com natureza de mobilização e propaganda do ProSAVANA em vez de divulgação, debate e conhecimento do programa.*

Considera-se a presença de responsáveis da polícias fardados (e em um caso armado) extremamente despropositada, podendo-se considerar acto intimidatório.

Face ao exposto, presenciado por membros das organizações da sociedade civil, as organizações da sociedade civil assinantes deste Comunicado consideram o programa de auscultação do Plano Director Versão Zero insuficiente, inacabada, parcial, propagandística e não debatida com os principais agentes económicos (os camponeses e suas organizações representativas).

A auscultação em Maputo, realizada no dia 12 de Junho de 2015 foi uma manifestação de autoritarismo e ausência de vontade de diálogo. No começo da sessão o Ministro da Agricultura e da Segurança Alimentar lançou um aviso claro: "todas as intervenções no debate devem ser

"patrióticas". Não venham aqui com agendas obscurantistas … Estamos firmes nesta missão. Qualquer obstáculo vamos atropelar e avançar[63]".

Por outro lado, o comunicado do MASA sobre essa Reunião de auscultação sobre a Versão Zero do Plano Director do ProSAVANA afirma:

> *"Durante a reunião, foram colocadas diversas preocupações e recomendações dos segmentos ali representados, as quais foram devidamente registadas pela coordenação do ProSAVANA para que sejam esclarecidas e, por conseguinte, que orientem a elaboração do Plano Director.*
>
> *Questões sobre terra, meio ambiente e protecção dos recursos naturais, para além do tema financiamento ao produtor, acesso a serviços e insumos agrícolas, mudanças climáticas e desenvolvimento de infraestruturas foram os pontos de maior destaque das intervenções registadas no evento."*

E promete:

> *"A partir de agora, as equipas técnicas irão analisar as contribuições obtidas aos diversos níveis de debate e elaborar a síntese de todas as questões e recomendações obtidas ao longo de todo o processo, o qual será novamente divulgado e serão a base para formulação do Plano Director."*

Desde o anúncio do ProSAVANA que se têm enfrentado sucessivas dificuldades de acesso à informação manifestadas por solicitações de informações por partes das OSCs e de pesquisadores não respondidas, entrevistas não concedidas, respostas vagas, sinais da prática sistemática de não transparência.

Estes e outros aspectos têm originado o distanciamento entre algumas organizações da sociedade civil e destas com as instituições públicas. A evolução das concepções e dos discursos oficiais contraditórios sobre o ProSAVANA e a verificação no terreno de conflitos de terras, reassentamentos e o surgimento de investimentos no sector agrário, entre outros aspectos, têm motivado discordâncias de algumas organizações da sociedade civil (OSCs) com o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, com direcções provinciais e com algumas agências internacionais de desenvolvimento. Em alguns casos, os discursos são pouco cordiais, conforme descrito anteriormente neste texto.

b) Principais questões à volta da Versão Zero

Priorização da agricultura familiar

Existe o discurso de que os principais beneficiários deste programa serão os pequenos agricultores, que foram subdivididos em três categorias: emergentes, típicos e vulneráveis, como se pode verificar na página 3-4 do PD. No entanto, não se especifica em termos de recursos financeiros ou *inputs*, por exemplo, qual seria a proporção ou o volume de recursos destinados a cada tipo de produtores, seja pequeno, médio ou de grande escala. Pode-se ver em http://special.nikkeibp.co.jp/as/201207/africa/vol3/step3_p1.html, que a estratégia era para trabalhar primeiramente com os produtores da escala média para, posteriormente, promover a modernização da agricultura aos produtores da escala pequena.

[63] Escrito de Boaventura Monjane e circulado através da *internet* após a sessão de Maputo na qual participou.

Como referido anteriormente, esta prioridade não é concordante com o acordo assinado entre o Secretário Permanente do Ministério da Agricultura de Moçambique e o Representante da JICA em Moçambique, no dia 2 de Dezembro de 2011.

É de notar que em alguns componentes do PD dá-se prioridades aos produtores emergentes em detrimento dos típicos de pequena escala e dos vulneráveis. Este é o caso da componente do fortalecimento do serviço de extensão agrária, visando o aumento de produção e de produtividade e do acesso ao mercado dos produtores emergentes. Pode depreender-se que, quando o PD se refere a cooperativas modernas, não inclui os vulneráveis nem os típicos. O PD explicita que as cooperativas modernas são organizações de produtores que adoptem técnicas "modernas", possuam uma lógica de mercado e estejam integrados nas cadeias de valor.

O PD afirma que 30% dos pequenos produtores adoptarão, até 2020, técnicas ajustadas melhoradas, o que se considera de um optimismo exagerado ou mesmo irrealista, considerando outras experiências havidas na história moçambicana. E o que acontecerá aos restantes 70%, o que equivale a sensivelmente 3 dos 4,3 milhões de moçambicanos residentes no Corredor de Nacala[64]?

A soja como cultura prioritária

De entre as culturas de rendimento, a soja é apresentada como prioritária. Esta já foi introduzida nas actividades de investigação e extensão decorrentes no âmbito do ProSAVANA. Um número significativo de agricultores iniciou a prática desta cultura.

Para além deste facto, foi estipulado no PD (veja página 4-8) a criação de grupos para o desenvolvimento da estratégia de trabalho de investigação agrária, sendo um grupo apenas para as culturas eleitas como prioritárias: milho e soja. Para além de se destinar ao mercado interno, prevê-se a exportação de ambas culturas ao longo das cadeias de valor do PD[65].

Neste contexto, verifica-se também, na tabela onde se apresenta a previsão da produção das culturas principais (3.6.2 apresentada na página 3-27), que a área, produtividade e produção de soja apresentam taxas de crescimento superiores a qualquer outra cultura, incluindo do milho.

Mesmo após a apresentação das inquietações das OSCs sobre a soberania alimentar e de ter em conta as necessidades das comunidades, o PD continua a indicar as culturas que mais se adequam a cada uma das zonas (o zoneamento foi feito através de uma análise SWOT, seguindo-se o agrupamento dos distritos que se assemelham de acordo com os critérios estipulados) em que irão actuar, que designa por "orientação do desenvolvimento agrícola".

Isto é, de entre as culturas enunciadas como importantes, o milho e a soja surgem como prioritárias, o que é confirmado pela evolução destas culturas nos últimos anos do Programa, prioridade esta já incluída nos trabalhos de pesquisa e incentivos entre as cadeias de valor.

Sistema de contrato (*outgrower*)[66]

As vantagens e riscos deste modelo de produção agrícola estão apresentados acima no texto (ponto 2.1). Na tentativa de responder a estas questões, o PD prevê a criação de um quadro legal adequado para o esquema de produção sob contrato a ser formulado pelo MASA, DPAs, CEPAGRI e SDAEs. Não estão previstos os contributos de actores como representantes dos

[64] A maioria da população do Corredor tem a agricultura como principal fonte de rendimento.
[65] Veja as páginas 5-14 para cadeia de valor do milho e 5-16 para a cadeia de valor referente a soja.
[66] Este modelo de produção/organização da produção encontra-se resumido no ponto 2.1 O agronegócio no contexto internacional.

camponeses, organizações da sociedade civil, académicos e do sector privado. Questiona-se se as deficiências e assimetrias resultantes das estruturas dos mercados e das organizações dos diferentes tipos de produtores serão resolvidas ou arbitradas administrativamente.

Emprego

A segunda missão do programa é a geração de emprego através dos diferentes investimentos agrícolas esperados ao longo do corredor. No entanto, questiona-se a sustentabilidade e rentabilidade que este emprego poderá oferecer (sazonalidade).

Esta questão surge na medida em que os camponeses substituirão a prática de agricultura de subsistência a favor do emprego que será oferecido pelas empresas de média dimensão na agricultura e em outras actividades. O PD é omisso quanto à quantificação dos postos de trabalho a serem criados.

Gestão de terras

Para esta importante questão, o PD apenas prevê recorrer à Lei de Terras e seu Regulamento e às intervenções dos governos locais que se têm demonstrado ineficazes perante os casos de conflito. Este facto agudiza a percepção de insegurança no seio das comunidades e dos produtores afectados porque são conhecidos inúmeros casos de incumprimento da Lei de Terras na região do ProSAVANA e em todo o país, com conivência das autoridades, e sem que haja, na maioria dos casos, por razões diversas, resolução dos conflitos ou a colocação das ilegalidades nas instâncias judiciais.

Com o objectivo de diminuir o risco de conflitos e usurpação de terras seria necessária a criação de mecanismos complementares ao quadro legal existentes, que garantissem a disseminação do conhecimento da legislação, a resolução rápida dos conflitos e a monitoria da gestão de terras.

Tendo em conta a realidade dos projectos-piloto face à falta de segurança de posse de terra, seria necessário incluir um plano de reassentamentos no caso destes se verificarem. Estes planos deveriam incluir práticas de reassentamentos, condições de deslocação, apoios direitos e garantias dos deslocados, indemnizações e compensações.

Neste contexto, o PD deveria envolver ao máximo organizações da sociedade civil associadas à gestão de terras para aumentar a segurança do direito à terra. Nada é referido acerca da capacitação das Direcções Provinciais de Geografia e Cadastro (SPGC) das províncias abrangidas.

O PD refere a importância na atribuição de DUATs aos produtores de pequena escala, sem especificar como ultrapassar os constrangimentos (custos, capacidade administrativa, morosidade, etc.) que caracterizam os actuais procedimentos de obtenção deste documento.

Impacto ambiental, económico e social

O PD refere que as novas áreas para a produção agrícola não implicarão desflorestação.

O documento não faz referências acerca dos possíveis impactos ambientais. Sendo o ProSAVANA um programa a ser implementado numa vasta área e que engloba áreas de conservação e de florestas e com uma densidade populacional alta, com intensificação mecânica e de utilização de químicos, o PD deveria apresentar estudos acerca dos riscos ambientais e sobre a saúde pública, assim como as formas de mitigação.

Do mesmo modo, não se apresentam estudos económicos e sociais que se refiram aos potenciais efeitos da implantação de projectos agrícolas, minerais, de infraestruturas e outros, para confirmar a sustentabilidade deste programa e dos respectivos projectos.

Existe também ausência de estudos antropológicos para considerar as relações socioculturais, nas formas de entreajuda e estratégias de sobrevivência das comunidades e dos pequenos produtores, sendo estes os principais afectados pelo ProSAVANA.

Desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo

O PD prevê a melhoria da qualidade de vida dos produtores abrangidos pelo Programa. Porém, não indica os critérios de base para avaliar esta qualidade de vida. Nada se afirma sobre os produtores ou comunidades que não são abrangidos pelo programa mas que, indirectamente, poderão sofrer impactos negativos destes investimentos ou de certas actividades.

Portanto, surgem questões relacionadas com o destino destas comunidades (por exemplo, o caso da comunidade desalojada no âmbito do financiamento de uma empresa apoiada pelo ProSAVANA – Matharia Empreendimentos) e o método de resolução de conflitos relacionados com a terra, que poderão, consequentemente, causar um aumento de iniquidade económica e social.

No contexto de melhoria das condições de vida dos produtores, o PD refere-se às receitas fiscais obtidas através dos impostos gerados pelos investimentos agrícolas (sector empresarial) como meio de beneficiar as comunidades. Daí, surge a questão de materialização desta estratégia visto que o Orçamento Geral do Estado é planificado a nível central e não distrital. Exemplos semelhantes, como o da alocação de 20% das receitas de licenças das florestas e da fauna bravia, não têm sido bem-sucedidos, tanto nas transferências como no que se refere à sua utilização.

Capacidade do sector público

O ProSAVANA é um programa de grande amplitude geográfica, social e financeira que requer um sector público eficiente, eficaz e que esteja junto dos cidadãos e dos actores económicos e sociais.

Prevêem-se bastantes apoios e intervenções governamentais para a materialização das diferentes estratégias do ProSAVANA: apoio no processo de extensão ao longo das três fases do programa, desenvolvimento de infraestruturas a diferentes níveis, supervisão da agricultura por contrato, na gestão da ocupação de terras, monitoria, entre outras.

Questiona-se acerca da capacidade institucional para responder a estes grandes desafios. O Programa não prevê a criação de uma instituição para a coordenação, regulação, fiscalização e monitorização do desenvolvimento do território e do programa. Considerando o cenário e as deficiências existentes no sistema, o Governo não demonstra, de momento, capacidade para a implementação eficaz destas funções. Se assim for, é previsível a existência de obstáculos institucionais para o sucesso do programa.

O orçamento de custos orçamentais é de 9.400.000.000,00 Meticais, cerca 310 milhões de dólares americanos, considerando o câmbio de 30 meticais por USD. Quatro, de um total de 33, rubricas (fertilizantes, irrigação, vias de acesso e sementes de qualidade) somam cerca de 5.490 milhões de meticais, isto é 58% do orçamento total. Não se apresentam as bases e fundamento dos cálculos. Não estão referidas as fontes de financiamento deste valor do orçamento público. O PD não indica a capacitação institucional para a execução deste orçamento, onde os recursos serão alocados e quais as garantias da eficiência.

Transformação estrutural

Prevê-se, com a implementação do PD e dos projectos no âmbito do ProSAVANA, uma transformação estrutural do sector da agricultura assim como da economia da região em questão.

Até 2030 o PD prevê a emergência de novos médios e grandes agricultores, intensificação do capital e aumento de escala, integração nos mercados e em cadeias de valor, competitividade económica, lucratividade e o aumento de renda dos beneficiários e não discute a possível exclusão de uma parte (geralmente grande) de pequenos produtores e risco da mobilidade social "induzida".

Segundo o PD (página 3-7), o peso da agricultura no PIB regional baixará, entre 2011 para 2035, de 42% para 24%, assumindo a indústria extractiva de 0,1% para 28%, sem que sejam apresentados fundamentos para tão rápida mudança estrutural.

Não é especificado como evoluirá a transformação estrutural na agricultura. Se a perda de peso do sector na formação do PIB implicará redução do número de explorações, concentrando-se nas economicamente viáveis, efeitos sobre o número de pessoas que trabalharão na agricultura e migração de trabalho entre os sectores, sobretudo para a mineração.

As transformações rápidas são, geralmente, acompanhadas de rupturas e desarticulações institucionais, desequilíbrios intersectoriais e mobilidade social que provocam crises económica e sociais de intensidade e duração variáveis.

PD e desenvolvimento regional

O PD é um documento que aborda superficialmente o desenvolvimento regional de forma integrada. Se o ProSAVANA atingir os objectivos propostos, todo o território e as diferentes actividades económicas e sociais, assim como os aspectos institucionais, da ocupação do território, entre outros, sofrerão mudanças significativas nas estruturas, infraestruturas, emprego, níveis e distribuição da riqueza gerada, ocupação do território, entre muitos aspectos.

Se assim é, a elaboração do PD requereria um maior envolvimento das instituições públicas do Estado, para além de metodologias participativas/inclusivas dos principais actores do desenvolvimento.

Não existem referências, e não são indicadas de forma consistente e coerente, às relações entre o PD e desenvolvimento do Corredor de Nacala. Será o ProSAVANA a componente agrícola do da Estratégia de Desenvolvimento do Corredor de Nacala? Ou será apenas a componente do sector familiar?

PD e política económica

O PD não apresenta referências e articulações com políticas públicas como, por exemplo, as fiscais e orçamentais, de política monetária (taxa de câmbio e de juros e política creditícia), alfandegárias, de mercados e preços, subsídios, investimento público, entre outras. O PD é excessivamente "agrarista" (no sentido de se limitar ao sector agrário sem consideração pelas múltiplas relações e interdependências com o conjunto a economia e com a região), sabendo-se que, por muito boas que sejam as políticas agrárias, quando não compatibilizadas com políticas públicas favoráveis, produzem efeitos inferiores aos objectivos pretendidos.

Acesso à informação, inclusão, planificação participativa e transparência[67]

O discurso sempre presente no PD é o de que o acesso à informação será simétrico e que o processo de planificação será inclusivo e participativo. O PD refere que este foi elaborado através de consultas com actores relevantes em diferentes níveis. Questiona-se sobre que tipo de actores

[67] Acerca do processo de auscultação, veja a alínea a) do ponto 4.2.

se refere. É do conhecimento público que as auscultações públicas a nível distrital foram realizadas apenas após a publicação do PD.

Existe, portanto, a necessidade de garantir acesso às informações, seja por parte das comunidades como de outros interessados (associações de produtores, OSCs, académicos, privados, etc.), de forma aberta, rápida e actualizada. A lei de acesso à informação é um instrumento legal que deveria ser utilizado pelas partes interessadas.

Um elemento de não-transparência é a falta de referência, ou a forma vaga como o PD aborda, às questões essenciais do que poderia ser um plano de desenvolvimento agrário de um território e que este texto procura revelar.

Cronograma de actividades

O PD apresenta um cronograma preliminar de implementação de cada uma das componentes até 2030[68]. Não se apresenta um cronograma relacionado com o processo de concessão da área a ser ocupada e o modo em que esta será concedida.

É necessário incluir no PD o cronograma e detalhes de cada uma das fases de implementação do projecto, e apresentar exaustivamente as actividades e objectivos de cada uma das fases desde a consolidação, crescimento e amadurecimento do desenvolvimento.

Não está previsto um mecanismo de controlo e avaliação que anule ou ajuste determinadas actividades em caso de não cumprimento de certos objectivos ou de ocorrerem consequências indesejadas para a comunidade ou o meio rural.

Monitoria e avaliação

O PD considera a criação de uma estrutura de monitoria e avaliação do impacto da implementação do mesmo, ao fim de cada fase do programa[69]. No entanto, não indica alguma actividade neste programa para criar esta estrutura mesmo após a implementação de diferentes actividades (de 2011 a 2015).

Em algumas componentes do PD considera-se que os organismos responsáveis desta actividade de monitoria e avaliação seriam os mesmos que a implementam: MASA, DPAs, SDAEs e IIAM, como se pode verificar na página 4-24 e 7-3 do PD. Encontra-se neste grupo também o Instituto Nacional de Estatística e o CEPAGRI. Ou seja, um conjunto de instituições pertencentes ao Estado ou que se subordinam ao mesmo, apesar de na página 4-22 poder-se ler: "Estabelecer um sistema de monitoria independente dentro do governo". Como um organismo do governo pode ser independente?

[68] Página 8-8 do PD.
[69] Veja página 3-8 e 8-17 do PD.

5. RESUMO

O PD-Versão Zero do ProSAVANA possui subjacente uma mescla do modelo de subcontratação que conduz a uma transformação estrutural rápida da economia do território, onde o sector agrário deixará de ser o maior produtor de riqueza e, em seu lugar, surgirá o sector extractivo (mineiro). Pode deduzir-se tratar-se do aprofundamento das características de uma economia subdesenvolvida, extractiva e exportadora, onde o padrão de acumulação estará certamente centrado no exterior. Subdesenvolvida porque permanece a exportação de bens primários (agricultura e recursos naturais e exploração da terra), com sistemas de produção assentes em tecnologias intensivas em trabalho e, portanto, de baixa produtividade, relações externas subalternas no que respeita à localização da acumulação, aos centros de decisão e à importação de tecnologia, capital e conhecimento, manutenção dos mecanismos de transferência de recursos (sobretudo capital e matérias primas) para fora das zonas rurais, entre outros aspectos.

Os elementos positivos produtivistas desta combinação de modelos são de elevada atractividade para os "desenvolvimentistas" e os beneficiários, tanto externos como do capital nacional. Neste último caso, estão incluídos, sobretudo, os médios produtores, os agricultores emergentes e o tecido económico associado às cadeias de valor. A combinação intensificação do capital, aumento de escala, mercados, comercialização, transformação e distribuição poderá ter resultados produtivistas significativos em termos de volume de produção e de produtividade.

Considerando os factores de crescimento (acesso ao capital – créditos, equipamentos e insumos - relações institucionais e com as cadeias de valor, conhecimento e gestão de escala), podem-se prever processos de diferenciação social onde os "vulneráveis" e uma parte significativa dos pequenos produtores não serão incluídos como beneficiários, originando maiores desigualdades. Em termos sociais, pode prever-se que o ProSAVANA beneficiará as elites locais associadas ao sistema do poder, incluindo uma parte dos líderes comunitários[70]. Se assim for, existe a possibilidade de haver um aumento número de pobres e, em caso extremo, o surgimento do grupo dos sem terras. Os processos de transformação estrutural rápidos são, geralmente, acompanhados de desequilíbrios económicos (podendo haver "crises de crescimento" - ciclos económicos) e mobilidades sociais sem tempo de adaptação das estratégias de sobrevivência e integração/resistência das comunidades, das famílias e dos agentes económicos.

O Plano Director é excessivamente "agrarista", na medida em que incorpora de forma muito superficial e pontual o conceito de desenvolvimento integrado do território. A ser concretizada a evolução e dimensão prevista, o ProSAVANA introduzirá efeitos multiplicadores sobre o conjunto da economia do território (e não só) que necessitam ser conhecidos para se assegurar o desenvolvimento equilibrado entre os sectores (evitando distorções e estrangulamentos), assim como para prever os efeitos de retroalimentação (efeitos de segunda, terceira,… enésima ordem) que se repercutirão no próprio ProSAVANA. Estes poderão reforçar os efeitos possíveis de um processo de transformação rápida da estrutura económica e social.

O PD não inclui a quantificação do volume de investimento privado requerido para a implementação do programa. Sabe-se que o capital é uma das principais restrições dos programas de desenvolvimento, sobretudo em contextos de economias pobres e de Estados com orçamento cronicamente deficitários, suportados por recursos da cooperação internacional e por capitais de investimentos externos, fortemente sensíveis às comoções da economia e dos mercados internacionais. A orçamentação de gastos públicos não surge fundamentada nem se indicam as fontes de financiamento para suportar as funções do Estado no programa. Não estão referidas quais as instituições responsáveis pela execução orçamental.

[70] Esta suposição fundamenta-se nas práticas de alguns programas existentes no meio rural, como, por exemplo, o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL)/Fundo de Desenvolvimento Distrital, (vulgo "7 milhões"). Mosca (2010) apresenta alguns dos elementos de debate sobre este tema.

O PD prevê, no fundamental, um Estado "leve", reduzindo-o às funções de investigação e extensão e de construção de infraestrutura. As funções do planeamento de desenvolvimento territorial a longo prazo, no quadro das políticas públicas nacionais e de planeamento para o mercado, não estão contidas no documento. As funções regulatórias e de fiscalização estão, no essencial, omissas. Não está prevista nenhuma estrutura orgânica que desempenhe as funções de Estado relacionados relacionadas com o desenvolvimento do território. As funções de coordenação e monitorização da implementação do ProSAVANA estão previstas para serem exercidas por mecanismos de coordenação interinstitucional (sem capacidade executiva nem estatuto institucional) cuja baixa eficácia parece ser evidente em outros casos recentes e do passado. O PD reflecte a dominância de um modelo económico de corte liberal prevalecente em Moçambique.

O PD não prevê os riscos de instabilidade social que são elevados, sobretudo os relacionados com a ocupação e gestão de terras, os possíveis reassentamentos, a desigualdade de acesso aos recursos e a possibilidade de aumento do número de pobres. Os impactos sociais e ambientais não são referidos, o que constitui uma importante lacuna.

Os processos de elaboração e auscultação/divulgação do Programa, assim como as acções em curso, reflectem métodos autoritários e de intolerância da governação, o que contribuirá para um crescimento excludente económica e socialmente e com défice de transparência e de democracia. O desenvolvimento, para ter sucesso, faz-se com e para o Homem (cidadãos), o que significa que os benefícios devem alcançar a maioria dos intervenientes na criação de riqueza e na acumulação, assim como a existência de mecanismos redistributivos que garantam crescentes níveis de equidade social e espacial. O desenvolvimento deve assentar no aprofundamento da democracia com aumento do bem-estar em liberdade.

Para uma melhor compreensão dos supostos e motivações políticas e económicas, a análise do ProSAVANA deve enquadrar-se num âmbito mais geral da estratégia de desenvolvimento do Corredor de Nacala. Isto é, o ProSAVANA seria a componente agrícola (ou apenas do sector familiar) do desenvolvimento do Corredor, restando dúvidas quanto à inclusão do investimento privado agrário no ProSAVANA, tal como se apresenta no PD-Versão Zero.

Pode sugerir-se que as mudanças de discurso serão reais ou procuram "isolar"/"desviar" e amortecer o debate do conjunto do desenvolvimento territorial de forma a evitarem-se resistências e/ou estabelecer mecanismos de diálogo/confrontação específicos relativamente aos elementos de risco provocados pela implantação de determinados modelos do agronegócio.

Uma análise da evolução dos documentos associados ao ProSAVANA, dos discursos políticos e do que decorre no terreno (investimentos agrários e em outros sectores, construção de infraestruturas, investigação, linhas de crédito, etc.), permite detectar contradições entre partes do texto, diferenças entre o documento e o que se passa na realidade, elementos dos documentos iniciais e que este PD refere querer alterar. Estas incongruências reforçam a hipótese que o PD-Versão Zero não apresenta a estratégia real para o desenvolvimento da agricultura na zona do ProSAVANA. Esta possibilidade reforça a hipótese de agendas não declaradas.

O PD revela-se incompleto pela omissão ou referências vagas ou apontamentos sobre a necessidade de estudos aprofundados quanto aos efeitos sociais e ambientais, às medidas de políticas públicas que garantam o êxito do programa e à integração na agricultura no conjunto da economia e no Corredor de Nacala. Não é apresentada de forma sistemática a filosofia e o modelo de desenvolvimento agrário. Além de "agrarista", o PD é excessivamente tecnocrata. O PD deveria, pelo menos, reconhecer as limitações do âmbito do trabalho, identificando as questões mais importantes não consideradas e sugerir estudos aprofundados sobre cada um dos temas.

Em síntese, encontra-se uma perfeita concordância entre o modelo de desenvolvimento assente em: agronegócio por subcontratação – transformação estrutural rápida - Estado "leve" - não

existência de uma instituição de desenvolvimento regional do Corredor – défices democráticos e diferenciação social e possível exclusão social alargada. O ProSAVANA, tal como é apresentado no PD-Versão zero, apresenta sintonias com a filosofia e concepção de desenvolvimento reflectidas nos documentos do MASA: intensificação da agricultura, agricultores emergentes, produção em média/grande escala, cadeias de valor e investimento estrangeiro. Também não existe incoerência com a hipótese dos dois países parceiros poderem possuir estratégias de longo prazo de reserva de territórios e de água doce considerando os investimentos complementares na indústria extractiva, de transformação, de energia, em infraestruturas e na agricultura integrada no agronegócio internacional.

Se o documento do PD pretende reflectir uma mudança efectiva de modelos de desenvolvimento agrário – prioridade para o sector familiar (pequenos produtores) de sistemas produtivos ajustados às experiências dos produtores, à preferência do mercado interno como destino da produção, etc., então, o PD necessita ser reformulado. Necessita-se ainda de transparência, acesso à informação, diálogo e participação dos diferentes actores que serão envolvidos. É importante considerar os interesses económicos e políticos dos diferentes colectivos presentes no desenvolvimento do Corredor de Nacala para que os processos negociais encontrem plataformas de entendimento, de benefícios alargados e de respeito pelos direitos dos produtores e das comunidades.

BIBLIOGRAFIA

Agência de Cooperação Internacional do Japão (2009). 50 anos de cooperação Brasil-Japão. http://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/pdf/50anos.pdf.

Castro, Carolina Milhorance de (2015). *ProSAVANA em debate: Perspectivas para a segurança alimentar e a agricultura camponesa*. Draft II. Mimeografado. Maputo.

Carrilho João & Mandamule Uacitissa (2015). *Land Law, power and rural development in post-independent Mozambique*. No prelo.

Clements, Elizabeth Alice e Fernandes Bernardo Mançano (2013). *Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique*. Observador Rural Nº 6. Observatório do Meio Rural. Maputo.

Clements, Elizabeth Alice (2015). *Brazilian policies and strategies for rural territorial development in Mozambique: South-South cooperation and the case of ProSAVANA and PAA.* Qualification Report. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Campus de Presidente Prudente.

De Morais Isabela Nogueira (2014). **"**ProSAVANA e os riscos omitidos da produção sob contrato". Em *Aspectos da competitividade e transformação do sector agrário em Moçambique*, coordenação de João Mosca. Escolar Editora. Maputo.

Fernandes Bernardo Mançano (s/data). *A geopolítica da questão agrária mundial*. http://www.acciontierra.org.

Funada-Classen Sayaka (2013). *Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no "Os mitos por trás do ProSAVANA" de Natalia Fingermann*. Observador Rural Nº 6. Observatório do Meio Rural. Maputo.

Graziano da Silva, José (1982). *A modernização dolorosa. Estrutura Agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

Jaiantilal Dipac (2013). *Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA.* Observador Rural Nº 6. Observatório do Meio Rural. Maputo.

Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2015). *Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique*. Esboço Versão 0. Maputo.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento e Agência de Cooperação Internacional do Japão (2014).O projecto das Estratégias de Desenvolvimento económico do Corredor de Nacala na República de Moçambique. Versão 3. Maputo.

Mosca, João (2005). *Economia de Moçambique, Século XX*. Editora Instituto Piaget. Lisboa.

Mosca, João (2010): *Politicas Agrárias de(em) Moçambique (1975-2009)*. Lisboa, Escolar Editores.

Mosca, João (2015). "Sinais de alerta". *Canal de Moçambique* Nº 870 de 2 de Abril.

Mosca, João, Abbas, Máriam e Bruna, Natacha (2013): *Economia de Moçambique 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*. Escolar Editora. Maputo.

Mosca, João e Selemane, Tomás (2011): *EL DORADO TETE: os megaprojectos de mineração*. Centro de Integridade Pública. Maputo.

Pitcher, Anne M. (2002). *Transforming Mozambique: the politics of privatization, 1975–2000.* Cambridge: Cambridge University Press,

ProSAVANA-PD (2013). *Agriculture Development Master Plans in the Nacala Corridor in Mozambique. Report No. 2, Quick Impact Projects, Triangular Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique*, MINAG, DPA, Getulio Vargas Foundation, Oriental Consultants, NTC International and Task, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears> Acedido a 15 de Maio de 2013.

ProSAVANA (2013). Elaboração do Plano Director do Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala - NOTA CONCEITUAL. Setembro, 2013.

Sekelelkani (2013). *Projecto da Fabrica de Gás Natural Liquefeito de Palma. Comunidades locais em braço-de-ferro com o governo*. SEKELEKANI. Maputo.

Vieira Mário, Tomás (s/data). *Policiar ou comunicar com Quitupo: eis a questão*. SEKELEKANI. Maputo.

UNAC e GRAIN (2015). *Os usurpadores de terras no corredor de Nacala.* União <nacional de camponeses e GRAIN. Maputo.

Nº	Título	Autor(es)	Data
30	**Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural**	**João Feijó e Aleia Rachide Agy**	**Julho de 2015**
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	**Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra**	**Eduardo Chiziane**	**Maio de 2015**
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e Momade Ibraimo	Abril de 2015
26	**Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique**	**Máriam Abbas**	**Abril de 2015**
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	**Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas**	**João Mosca**	**Fevereiro de 2015**
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	**Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra**	**Eduardo Chiziane**	**Novembro 2014**
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	**Influência das taxas de câmbio na agricultura**	**João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira**	**Setembro de 2014**
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014

Nº	Título	Autor(es)	Data
18	**O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula**	**Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia**	**Julho de 2014**
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	**Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala**	**António Manuel Júnior**	**Maio de 2014**
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2014
14	**Investimento no sector agrário**	**João Mosca e Yasser Arafat Dadá**	**Março de 2014**
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	**Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no "Os mitos por trás do ProSavana" de Natalia Fingermann**	**Sayaka Funada-Classen**	**Dezembro de 2013**
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	**Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation**	**Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist**	**Outubro de 2013**
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013

Nº	Título	Autor(es)	Data
8	**Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages**	**Peter E. Coughlin Nícia Givá**	**Julho de 2013**
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
6	**Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**	**Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes**	**Maio de 2013**
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	**Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.**	**João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá**	**Março de 2013**
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	**Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?**	**João Mosca e Natacha Bruna**	**Novembro de 2012**
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter até 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e margens 3 cm e toda a página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 879
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org